



ELO



PORTE
PAGO

ANO VII
N.º 95
MENSAL
OUTUBRO
1981
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director
J. EDUARDO L. CASCADA

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

O impasse que parece gerar-se à volta da necessária alteração da legislação dos deficientes das Forças Armadas é preocupante.

Mas não será perante impasses ou voltas trocadas que nós vamos desanimar ou muito menos desistir.

É incómodo, sabermos, lançar mão dos deficientes das Forças Armadas e da situação em que muitos se encontram. Mais incómodo ainda quando se trata da grande massa que são todos os deficientes portugueses. E é incómodo, porque é sempre incómodo romper com hábitos velhos e com tradições fortes.

Efectivamente, para muita gente, e a níveis muito responsáveis, deficiente, agora, como antigamente, continua a significar qualquer coisa à parte a que se pode e deve dispensar um pouco de solidariedade caritativa e umas migalhas de bem estar social. Para muito boa gente assim se consegue um dever cumprido e uma consciência tranquila.

Este, como é sabido, não é o nosso entendimento, nem é este sequer o entendimento dos próprios tempos que vivemos. Os deficientes, organizados porque têm problemas comuns, são um elemento do corpo social que quer ver definido e assegurado o seu lugar activo e produtivo. São uma realidade social com que, advertem, se tem que contar e exigem o seu reconhecimento como cidadãos de pleno direito.

Deixaram assim os deficientes de ser, nos tempos actuais, uma massa amorfa. Adquiriram uma dinâmica incómoda e incontroável que cria dores de cabeça a vários níveis. São eles que querem fazer a história da sua integração social, cansados e cépticos que estão de esperar que a história os integre.

É neste sentido que os deficientes das Forças Armadas têm sido uma bola de ping-pong que ninguém quer agarrar. É por isso que os deficientes das Forças Armadas se tornam antipáticos e mal comportados. Não se esperava dos deficientes das Forças Armadas o comportamento que têm tido. Esperava-se que fossem mais ordeiros e resignados, mais dóceis e humildes, em suma, que aceitassem a tradicional marginalização.

Mais simpático se torna, sabemos, mas não na consciência do sentimento popular que aspira por justiça, o comportamento da enorme massa de deficientes civis que na sua revolta silenciosa aguarda as pequenas benesses de quem pode e tem o direito de distribuir as sobras dos que abundantemente consomem. Mas também estes, todos estes, hão-de despertar dessa explorada apatia.

Na ADFA continuamos com a nossa dinâmica, cada vez mais aceleradamente, num movimento acelerado pela esperança da justiça devida.

Vamos, no mês de Novembro e Dezembro, no desenvolvimento das actividades do AID, na discussão da situação em que se encontra a legislação que pretendemos ver aprovada, na preparação da alteração dos Estatutos e na realização de outras actividades, activar a nossa acção associativa.

Assim, no dia 21 de Novembro realizar-se-á uma reunião do Secretariado Nacional que se debruçará sobre estes pontos; no dia 28 haverá em Lisboa uma reunião de todos os órgãos eleitos da Associação com o mesmo fim; e no mês de Dezembro efectuar-se-ão reuniões descentralizadas em vários pontos do País, em datas e locais a indicar no próximo número do «Elo».

Tudo isto culminará numa Assembleia Geral Nacional a realizar, em princípio, em 16 de Janeiro que deverá ser significativa.

EM 7 DE OUTUBRO

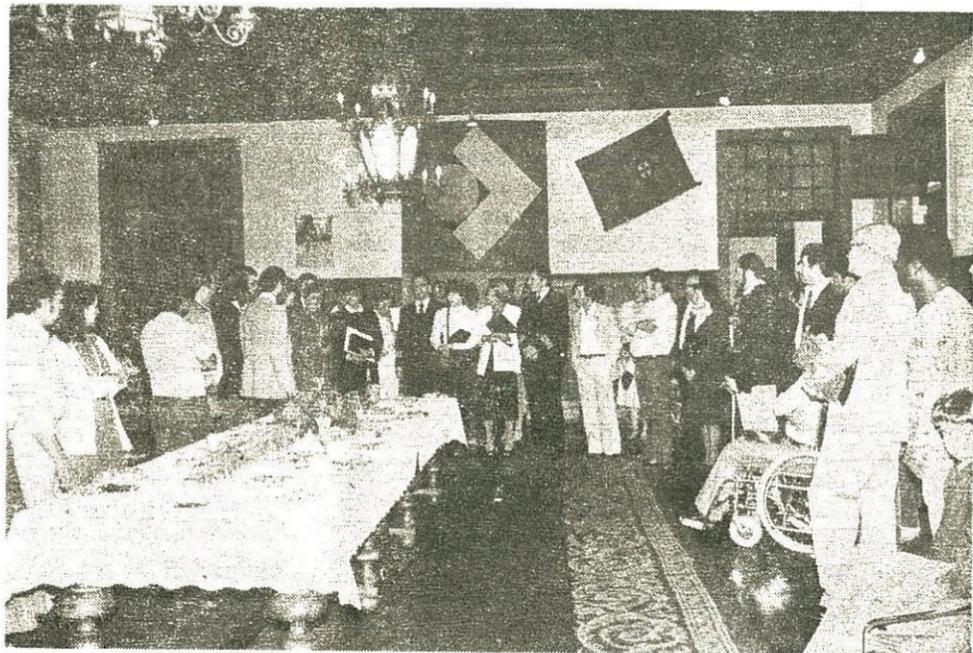
CALOROSA RECEPÇÃO NA ADFA A UMA DELEGAÇÃO DO HOSPITAL MILITAR DE HAMBURGO

Uma delegação do Hospital Militar de Hamburgo, da Alemanha Federal, constituída por pessoal médico e para-médico, deslocou-se a Portugal, de 6 a 13 de Outubro, a convite do Chefe do Estado Maior do Exército, a fim de ser condecorada pelo Exército português como reconhecimento do apoio prestado aos militares portugueses deficientes que naquele hospital vêm sendo tratados desde há 18 anos.

A delegação alemã era integrada pela esposa do director do Hospital Militar de Hamburgo (em representação deste por se encontrar doente), pelo Capitão de Mar e Guerra Médico, dr. Franz Traut, chefe dos Serviços de Ortopedia, acompanhado da esposa, pelo Capitão de Fragata Médico, dr. Franz Gorat, subchefe dos Serviços de Ortopedia, acompanhado da esposa, pelo Sargento Ajudante Hanz - Jurgen

(Continua na 2.ª pág.)

MÉDICOS, FISOTERAPEUTAS E ENFERMEIROS VIERAM A PORTUGAL PARA SEREM CONDECORADOS PELO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO EM RECONHECIMENTO DO APOIO PRESTADO AOS MILITARES PORTUGUESES DEFICIENTES.



Durante a recepção na ADFA (Foto FARINHO LOPES)

NOVA LEGISLAÇÃO SOBRE OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

MDN: DEMORA PREOCUPANTE DA RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA ADFA CR: LUZ VERDE PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICA ATRAVÉS DAS ADM. S

Conforme noticiado no último número do «Elo», o novo Secretário de Estado da Defesa Nacional recebeu a Direcção da ADFA no dia 22 de Setembro passado. Nessa audiência, o sr. Secretário de Estado prometeu ir estu-

dar a problemática da legislação para os deficientes das Forças Armadas, visto, segundo nos informou, não possuir na altura os dados suficientes para se pronunciar.

Solicitámos, então, uma audiência o mais rápido

possível, depois de esse estudo ser feito, e ficámos a aguardar.

Essa audiência ainda não se realizou, apesar das diligências feitas junto do Chefe de Gabinete do sr. Secretário de Estado e de um ofício enviado no dia

15 de Outubro, solicitando-lhe que receba a Direcção da Associação com a máxima urgência.

Soubemos, entretanto, que o projecto de decreto-lei sobre a qualificação de DFA, nos termos do

(Continua na 3.ª pág.)

RECEPÇÃO NA ADFA À DELEGAÇÃO DO HOSPITAL MILITAR DE HAMBURGO

(Continuação da 1.ª pág.)

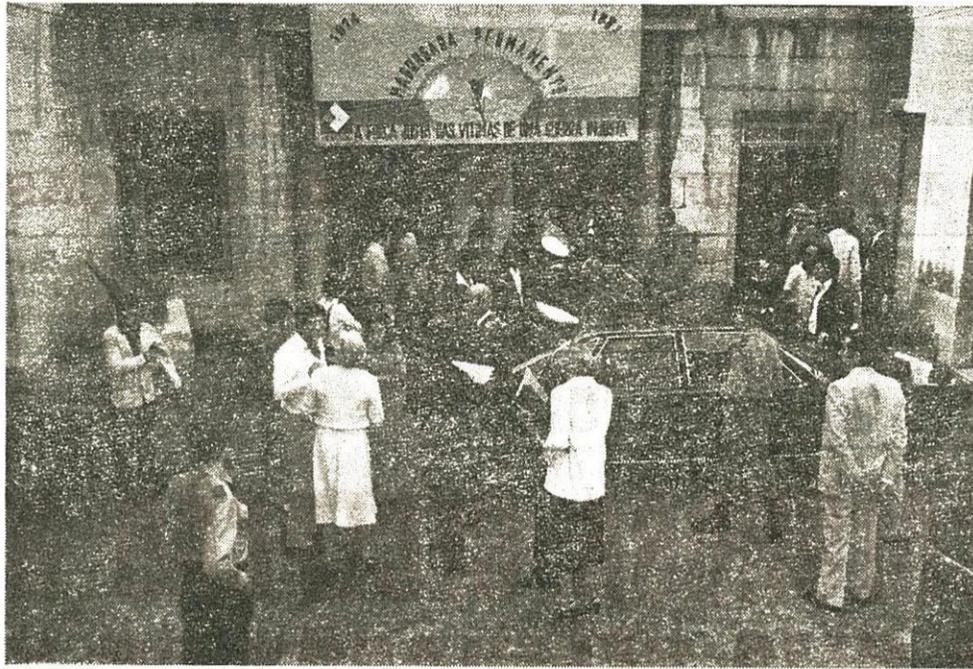
Giesemann, pela fisioterapeuta - Chefe Franke Maltusch, fisioterapeuta Barbara Bose e enfermeiras Chrisna Kussner, Ellen Ahrens e Ilse-Marie Splitzer.

Logo que teve conhecimento desta visita, a Direcção da Associação dirigiu-se ao Chefe do Estado Maior do Exército General Garcia dos Santos, solicitando-lhe que no programa da mesma fizesse parte numa recepção na ADFA.

O General Garcia dos Santos respondeu da forma mais favorável, apoiando com total disponibilidade e satisfação a iniciativa assumida pela ADFA.

Assim, o Chefe do Estado Maior do Exército reservou o período das 11 às 12 horas do dia 7 de Outubro para a ADFA receber na sua sede os elementos que constituíam a delegação do Hospital Militar de Hamburgo. Além disso, convidou ainda o Presidente da Direcção Central da ADFA para representar a Associação na cerimónia de condecoração que se realizou no dia 7 às 10 horas no Estado Maior do Exército. Convidou ainda o Presidente da Direcção da ADFA e esposa para o jantar de despedida que se realizou no dia 12 na Adega do Machado em Lisboa.

O general Garcia dos Santos, reconhecendo o apoio prestado aos militares portugueses deficientes que se têm deslocado a Hamburgo para fazer a sua recuperação, distinguiu os elementos da delegação alemã com as seguintes condecorações: Dr. Klans Penner (Director do Hospital Militar de Hamburgo, ausente por motivo de doença) — Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique; Dr. Traut — Medalha de Mérito Militar de 1.ª Classe; Dr. Gorat — Medalha de Mérito Militar de 2.ª Classe; Sarg. Giesemann — Me-



Chegada da delegação alemã à ADFA (Foto FARINHO LOPES)

dalha de Mérito Militar de 4.ª Classe; D. Maltusch — Medalha de Prata da Ordem do Infante D. Henrique; fisioterapeuta Barbara Bose e enfermeiras Christa Kussner, Ilse Marie e Ellen Ahrens — Medalha da Ordem de Benemerência.

A Televisão e a Imprensa fizeram a cobertura desta cerimónia, da qual deram algumas notícias, tal como da recepção que a seguir teve lugar na sede da ADFA.

No jantar de despedida estiveram presentes, além dos elementos da delegação alemã, a quem o Estado-Maior do Exército ofereceu, na altura, lembranças em louça típicas. O Director dos Serviços de Saúde do Exército, Director do Hospital Militar Principal, vários médicos militares e o representante da ADFA.

A recepção na ADFA: uma surpresa baseada no reconhecimento e cheia de amizade e calor humano

As 11 horas do dia 7, logo após a cerimónia de condecoração no Estado-Maior do Exército, os membros da delegação alemã, acompanhados pelo chefe dos Serviços de

Fisioterapia do Hospital Militar Principal, Dr. Cardoso de Oliveira, chegaram ao Palácio da Independência (sede da ADFA), onde eram aguardados pelos órgãos sociais centrais da Associação e vários sócios que passaram, em tratamento, pelo Hospital Militar de Hamburgo.

Desde o primeiro momento até ao último (cerca das 13 horas) foi o reencontro dos «pacientes», como se diz na Alemanha, com os médicos, fisioterapeutas e enfermeiros, agora recebidos na nossa casa, expressando-lhes vivo reconhecimento e gratidão pelo apoio sempre prontamente prestado no Hospital Militar de Hamburgo.

Depois de assinarem o livro de honra da ADFA, os membros da delegação alemã fizeram uma rápida visita a parte das instalações da Associação, onde, apraz-nos registar, manifestaram a sua grande surpresa por estarem perante uma organização que em tão pouco tempo (7 anos) conseguiu atingir uma tão grande dimensão.

Durante a recepção, no salão Nobre do Palácio da Independência, a Direcção da ADFA proferiu algumas palavras de

boas-vindas aos visitantes e ofereceu recordações (salvas de pratas e placas gravadas, expressando o reconhecimento da ADFA pelo empenhamento e apoio pessoal na recuperação e reabilitação dos militares portugueses deficientes). Seguidamente, conjuntamente com um Porto e uns aperitivos, foi a oportunidade de confraternização entre os deficientes e os próprios médicos, fisioterapeutas e enfermeiros que os trataram na Alemanha.

A mensagem de boas-vindas da ADFA

Foi do seguinte teor a comunicação feita pela Direcção da Associação na recepção:

É para nós uma honra receber na nossa Associação V. Ex.ª.

Só por este facto, pretendemos, desde já, manifestar o nosso reconhecimento.

Pretendemos também, antes de mais, daqui agradecer ao Exm.º Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército por ter accedido ao nosso pedido em integrar esta recepção no programa oficial da visita.

Em nome dos Deficientes das Forças Armadas e muito especialmente em nome daqueles que passaram pelo Hospital Militar de Hamburgo, queremos expressar aqui o nosso reconhecimento pela forma altamente positiva e eficiente como aí temos sido tratados.

No Hospital Militar de Hamburgo, no âmbito do nosso nem sempre fácil processo de reabilitação, revelaram-se em nós desconhecidas potencialidades que os técnicos de reabilitação souberam aproveitar e valorizar, não só no domínio funcional como também psicológico.

Aí, graças às técnicas mais avançadas, fomos equipados com meios e dispositivos de compen-

sação, sobretudo próteses, de que aprendemos a tirar o melhor rendimento, reduzindo assim as nossas dificuldades e ampliando as capacidades restantes.

Mas foi essencialmente o contacto com novas mentalidades, com diferentes formas de encarar os deficientes e a sua integração social, que nos permitiu passar do desânimo ao optimismo, encarando com coragem a luta que aqui forçosamente teríamos que travar para vencer a hostilidade de uma sociedade que não nos entendia nem entende ainda totalmente. Essa luta está hoje consubstanciada na própria existência desta Associação e na sua acção diária.

Tanto no domínio funcional como psicológico, a acção dos médicos, técnicos de reabilitação, técnicos de prótese e pessoal de enfermagem do Hamburgo, fortaleceram

tamos de recorrer aos serviços especializados de fisioterapia e recuperação funcional, para correcção de anomalias, colocação de novas próteses e para tirar o melhor rendimento destas.

A possibilidade de continuarmos a beneficiar de tratamento no Hospital Militar de Hamburgo é para nós um bem que estimamos e gostaríamos de preservar no futuro, porque sabemos que aí vamos recuperar capacidades, energias e alento para aqui, na sociedade portuguesa, nos afirmarmos como cidadãos válidos e construtivos.

A grande força que nós, Associação dos Deficientes das Forças Armadas somos, garante da realização dos nossos próprios direitos como deficientes, contou, pois, continua a contar, com um valioso contributo de V.ª Ex.ª quando, em soal de enfermagem do Hamburgo, fortaleceram



Dr. Traut recebe uma salva com uma inscrição da ADFA (Foto FARINHO LOPES)

hospital militar de Hamburgo, ultrapassou as próprias expectativas daqueles que daqui partiam para a Alemanha, onde muitas vezes viam o recurso último para ultrapassarem legítimas interrogações sobre o seu futuro a arrastar uma pesada deficiência.

Da equipa responsável pela nossa recuperação em Hamburgo, dois nomes ficaram na memória. O Sr. Dr. Traut e a D. Maltusch, para além da sua acção técnica, através da dedicação e calor humano colocado no tratamento dos militares portugueses, passaram a ser dois amigos que não se esquecem.

O nosso processo de reabilitação e integração social não está ainda terminado. A cada momento, muitos de nós necessi-

a nossa vontade e capacidade de afirmação, manifestados com entusiasmo após o 25 de Abril de 1974, altura em que para tanto tivemos liberdade.

Queremos, para terminar, comunicar que esta nossa casa tem as portas abertas para receber V.ª Ex.ª sempre que se deslocarem a Portugal, onde encontrarão sempre a nossa amizade e reconhecimento.

O Dr. Traut, em resposta, proferiu algumas palavras, em que se mostrou sensibilizado por este gesto da ADFA e enalteceu a nossa capacidade associativa, afirmando-se ainda disponível para continuar a prestar todo o apoio ao seu alcance.

Já depois desta visita, em carta enviada da Alemanha, o Dr. Traut ex-

(Continua na 3.ª pág.)



Dr. Traut assina o livro de honra da ADFA (Foto FARINHO LOPES)

DELEGAÇÃO ALEMÃ NA ADFA

(Continuação da 2.ª pág.)

ressaltou como conclusão fundamental a importância da recuperação feita na Alemanha e a necessidade de continuá-la no dia a dia dos deficientes, especialmente dos que usam próteses. Estes exercícios, foi salientado pela D. Maltusch e pelo Dr. Oliveira, po-

ressaltou como conclusão fundamental a importância da recuperação feita na Alemanha e a necessidade de continuá-la no dia a dia dos deficientes, especialmente dos que usam próteses. Estes exercícios, foi salientado pela D. Maltusch e pelo Dr. Oliveira, po-

Em primeiro lugar, tivemos por este meio a legião para resolvermos a nossa capacidade associativa como meio privo oportunidade de revelar os nossos próprios problemas. Tivemos, inclusivamente, oportunidade de provar que a reabilitação que muitos de nós

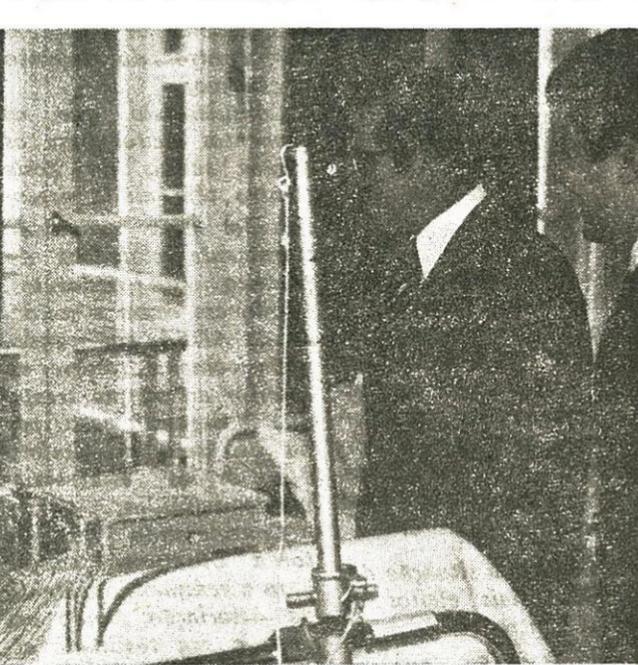
panhando deste modo, e dele beneficiando, a evolução das técnicas e dos meios de reabilitação. O reconhecimento prestado pelas entidades militares portuguesas ao Hospital Militar de Hamburgo é indicativo seguro de que isso será uma realidade.

A atenção das autoridades portuguesas ao tratamento dos militares portugueses deficientes em Hamburgo atingiu a sua expressão máxima quando o próprio Presidente da República, general Ramalho Eanes, visitou, em 2 de Maio, aquele Hospital Militar na Alemanha.

O Presidente da República, aquando da visita que efectuou à Alemanha, aproveitou a sua passagem por Hamburgo para se deslocar ao Hospital Militar e se inteirar da situação dos deficientes militares portugueses aí internados, expressando-lhes o seu apoio e manifestando ainda a opinião de que se trata de um tipo de tratamento que deve continuar.

Recorde-se, conforme noticiado oportunamente no «Elo», que o Sr. Presidente da República recebeu, em 12 de Maio passado, a Direcção Central da ADFA tendo manifestado a maior compreensão pela situação dos deficientes das Forças Armadas e pelas suas aspirações.

Ainda quanto à necessidade da sua manutenção de vagas no Hospital Militar de Hamburgo para militares portugueses (eram dantes 10 permanentes e agora 6), o Secretário de Estado da Defesa Nacional do Governo anterior comunicou à Direcção Central da ADFA que se trata de um serviço de que se deverá continuar a beneficiar no futuro.



O Presidente da República na visita que fez ao Hospital Militar de Hamburgo

na altura da chegada no dia 6.

Sessão sobre reabilitação

Aproveitando esta sua visita a Portugal, a D. Maltusch, fisioterapeuta-chefe do Hospital Militar de Hamburgo, participou numa sessão sobre reabilitação que se realizou na sede da Associação no dia 9 às 21 horas.

Depois da projecção de slides ilustrando as técnicas mais avançadas que estão a ser utilizadas no Hospital Militar de Hamburgo na recuperação de amputados com vista a adaptação de próteses e ainda na educação destas, teve lugar um debate, no qual, além da D. Maltusch, participou o Dr. Cardoso de Oliveira e técnicos de fisioterapia do Hospital Militar Principal. O debate foi enriquecido pelos próprios deficientes presentes, especialmente pelos que passaram por Hamburgo.

Da discussão havida,

derão ser feitos pelos próprios deficientes diariamente nas suas próprias casas. Ideal, contudo, foi sugerido, seria a própria Associação manter um serviço próprio de fisioterapia, prestando assim um apoio directo aos sócios que regularmente aí se deslocam.

Nesta sessão estiveram ainda representantes técnicos do Hospital da Força Aérea e um representante do Secretariado Nacional de Reabilitação.

O significado desta visita

Esta recepção da ADFA ao pessoal médico e paramédico do Hospital Militar de Hamburgo reveste-se de um significado muito especial para a Associação.

fomos buscar à Alemanha não foi em vão, que aqui, em Portugal, não aceitamos a marginalização que nos é imposta, antes nos mantemos inabaláveis na nossa determinação em exigir uma integração social plena.

Mas foi também uma oportunidade que valorizamos por assim ser permitido aos deficientes organizados expressar o seu reconhecimento pela forma positiva como sempre foram tratados na Alemanha.

Teremos contribuído assim, pensamos, para que o apoio que sempre aí encontramos se mantenha e continue, antes de mais, a possibilidade de deslocação ao Hospital Militar de Hamburgo para recuperação e colocação de próteses, acom-



Durante a entrega de lembranças (Foto FARINHO LOPES)

CTT COMEMORAM AID COM CARIMBO ALUSIVO

Durante o mês de Dezembro os CTT irão utilizar uma flâmula (carimbo) nas estações de Lisboa, Porto e Coimbra alusiva ao Ano Internacional do Deficiente.

Também no dia 9 de Dezembro, dia Nacional do Deficiente, será colocado um carimbo num postal igualmente editado pelos CTT e destinado a comemorar aquele dia.

Este carimbo, assim como o postal, estará patente nas instalações da C. J. Benkian, onde será comemorado oficialmente o referido dia com a presença do Sr. Presidente da República.

DIA 12 DE DEZEMBRO NO CINEMA DA ENCARNAÇÃO

FESTA DE NATAL DA ADFA-SEDE

A festa de Natal da Associação em Lisboa vai realizar-se este ano em local diferente do habitual.

Assim, procurando melhores condições, tanto em instalações como em localização, a festa de Natal da Sede, que terá lugar no dia 12 de Dezembro (sábado), realiza-se no CENTRO DE RECREIO POPULAR DA ENCARNAÇÃO (conhecido pelo Cinema da Encarnação) no Bairro da Encarnação, junto às bombas de gasolina GALP, perto do RALIS, à saída de Lisboa para o Norte.

Tem-se acesso a este local através dos autocarros da Carris n.ºs 25, 25-A, 22, 45 e 83.

A festa inicia-se às 15 horas e prolongar-se-á até cerca das 19 horas.

Relativamente ao programa, confirma-se já a presença de José Barata Moura, um ventrioloquo, um grupo de palhaços e um rancho folclórico. Haverá ainda a projecção de um filme.

Durante a festa serão distribuídas lembranças às crianças, com especial atenção para os mais pequenos.

As inscrições das crianças, que, como se sabe, tem idade limite de dez anos, mantêm-se abertas na Sede da Associação (Recepção) até ao dia 27 de Novembro.

LEGISLAÇÃO SOBRE OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

(Continuação da 1.ª pág.)

Decreto-Lei n.º 43/76, de todos os deficientes com mais de 60% de incapacidade que se deficientaram em serviço em zonas operacionais já foi enviado aos departamentos militares para emitirem parecer. A ADFA ainda não foi dado conhecimento em pormenor deste projecto, contrariamente ao que havia sido prometido pelo anterior Secretário de Estado da Defesa.

Soubemos também, e desta vez com preocupação, que o Ministério da Defesa Nacional entenderia agora que a responsabilidade da iniciativa da nova legislação para os deficientes das Forças Armadas deve caber às próprias Forças Armadas.

Este é um assunto que a Direcção da ADFA está a procurar esclarecer simultaneamente junto do próprio Ministério da Defesa (foi nesse sentido que foi solicitada com a máxima urgência uma audiência ao sr. Secretário de Estado), do Conselho da Revolução e do Estado Maior General das Forças Armadas (tendo sido solicitada, também com urgência, no dia 20 de Outubro, uma audiência ao sr. General Melo Egidio).

Este é um novo dado numa situação velha, em que os deficientes das Forças Armadas sempre se sentiram um pouco como uma bola de ping-pong

que ninguém quer agarrar.

Entretanto, através de contactos regulares estabelecidos com o Conselheiro da Revolução Com.º Martins Guerreiro, soubemos que o problema da assistência médica dos deficientes das Forças Armadas poderá de facto, ser resolvido através dos ADMS. Para tanto contar-se-ia com o apoio do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, general Melo Egidio.

Também esta questão, tal como a criação de um órgão correspondente à CMRA (que sabemos ter já cessado totalmente as suas funções no Ministério da Defesa, também contrariamente ao prometido pelo anterior Secretário de Estado), será tratada na audiência solicitada ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

Aguarda-se o resultado destas audiências, a fim de, perante dados mais concretos, a ADFA poder apresentar a sua posição.

Conforme referido noutros locais deste número, esta questão da legislação será discutida nas reuniões de sócios que se realizarão proximamente e será levada à próxima Assembleia Geral Nacional, a fim de se pronunciar, já que, como é sabido, tem sido este órgão máximo da ADFA que tem vindo a orientar directamente este assunto.

SECRETARIADO NACIONAL DA ADFFA

PÓS FIM A ANOMALIAS ASSOCIATIVAS EM VISEU

O Secretariado Nacional da Associação, órgão que estatutariamente tem como competência orientar superiormente a ADFFA, assegurando uma íntima ligação entre as zonas, e ainda definir as áreas e limites destas e das delegações, reuniu no dia 1 de Novembro no Porto a fim de analisar a situação anómala que se vinha verificando com os órgãos sociais eleitos para a Zona Centro e que vinha provocando perturbações associativas com reflexos em toda a estrutura da Associação.

Estas perturbações têm como base o comportamento autonomizado dos órgãos eleitos para a Zona Centro, não reconhecendo nem aceitando as directivas dos órgãos sociais centrais, nomeadamente quanto à tomada de posse por parte da Mesa da Assembleia Geral Nacional.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional convocou todas as mesas das assembleias gerais de Zona, Direcção Central e Conselho Fiscal Central para a Delegação de Coimbra, afim de aí, no dia 1 de Agosto, lhes conferir posse dos seus cargos. Neste acto foram empossados todos os órgãos, com excepção da Mesa da Assembleia Geral da Zona Centro que invocou como razão não ter na altura presente o livro de posse. Ficou esta, entretanto, encarregada de comunicar à Mesa da Assembleia Geral Nacional a data que mais lhe conviesse para a referida posse se realizar.

Volvido cerca de mês e meio sobre esta data, não se verificando qualquer contacto da Mesa da Assembleia Geral da Zona Centro, a Mesa da Assembleia Geral Nacional enviou àquela um ofício solicitando-lhe que indicasse a data e local mais convenientes para a tomada de posse.

A isto respondeu a Mesa

- DELEGAÇÕES DE COIMBRA E VISEU PASSAM A DEPENDER DIRECTAMENTE DA SEDE.
- DEIXAM DE EXISTIR ÓRGÃOS DE ZONA CENTRO.
- A DELEGAÇÃO DE VISEU VAI TER UMA DIRECÇÃO A A ELEGER EM 12 DE DEZEMBRO.

da Assembleia Geral da Zona Centro que já havia sido empossada pela própria Mesa da Assembleia Geral da Zona cessante.

Perante este facto, de extrema gravidade e altamente perturbador da harmonia funcional que se deve verificar entre todos os órgãos sociais da Associação, desde os centrais aos regionais e locais, a Mesa da Assembleia Geral Nacional procurou obter por escrito as razões que levaram aquele órgão regional eleito a quebrar a cadeia orgânica e marcou uma reunião a fim de ser regularizada esta situação anómala. As razões por escrito não foram apresentadas e a reunião, realizada em Coimbra no dia 8 de Outubro, confirmou a rebeldia dos órgãos eleitos para a Zona Centro, ou seja, a disposição de não aceitarem nem cumprir as determinações dos órgãos sociais centrais, neste caso da Mesa da Assembleia Geral Nacional.

Paralelamente a este processo é criado uma atmosfera pesada que vem prejudicando a normalidade associativa, nomeadamente através de comunicações e artigos para publicação no «Elo» enviados pelos órgãos eleitos para a Zona Centro, em termos insultuosos que ferem a dignidade dos órgãos sociais centrais eleitos pelos sócios de todo o País, denominando-os, designadamente, de «minoría caduca» e acusando-os de aproveitamento pessoal dos cargos que exercem.

Perante a recusa da to-

mada de posse a conferir pela Mesa da Assembleia Geral Nacional, os órgãos sociais centrais, em reunião realizada em 10 de Outubro em Lisboa, decidiram firmemente não admitir que a Associação se fracture por caprichos desinseridos do espírito associativo que a todos deve unir. Foi nesse sentido que a Mesa da Assembleia Geral Nacional concedeu à Mesa da Assembleia Geral da Zona Centro o dia 19 de Outubro como prazo limite para a regularização da situação anómala existente; o Conselho Fiscal Central informou os órgãos eleitos da Zona Centro de que não permitiria a abertura de um grave precedente susceptível de conduzir à desagregação associativa; a Direcção Central enviou um ofício aos órgãos da Zona Centro, comunicando que, enquanto não tomassem posse nos termos determinados pela Mesa da Assembleia Geral Nacional (conforme sucedeu com as restantes zonas), a Direcção Central não poderia reconhecer-lhes para efeitos da necessária gestão articulada e coordenada da Associação. Os três órgãos sociais centrais advertiram ainda os elementos eleitos para a Zona Centro de que iriam acionar os mecanismos estatutários para garantir a necessária harmonia associativa.

Os órgãos eleitos para a Zona Centro não só não corresponderam a esta posição dos órgãos centrais, como desenvolveram uma campanha em que procuraram incitar outros órgãos regionais a rebelarem-se contra os órgãos centrais, ameaçando ao mesmo tempo recorrer aos órgãos de soberania, ças sociais e órgãos de informação, esquecendo que a ADFFA tem mecanismos e órgãos capazes de resolver os seus próprios problemas internos.

Foi perante esta situação anómala que o Secretariado Nacional da Associação foi convocado para o dia 24 de Outubro para Lisboa, a fim de proceder à sua normalização. Esta reunião não chegou a realizar-se, porque os elementos da Zona Centro e um elemento da Zona Sul a inviabilizaram, retirando-se logo no início, deixan-

do o órgão sem quórum, ou seja, sem o número mínimo exigido regulamentarmente para funcionar.

O Secretariado foi, assim, convocado novamente, desta vez para o Porto no dia 1 de Novembro, onde, agora com quórum, deliberou o seguinte:

Analisada a situação dos órgãos sociais eleitos da Zona Centro.

Considerando que os membros eleitos da Mesa da Assembleia Geral da Zona Centro se negaram a tomar posse por parte da

Mesa da Assembleia Geral Nacional, apesar de todas as diligências por esta efectuadas, numa atitude que não se consegue compreender dentro do espírito associativo;

Considerando que os elementos eleitos para os órgãos sociais da Zona Centro têm ainda desenvolvido uma actividade claramente violadora do previsto nos Estatutos, pondo em causa a unidade da ADFFA, ameaçando, inclusivamente, recorrer ao exterior ao mesmo tempo que se negam a participar na discussão no âmbito dos órgãos estatutariamente definidos;

Considerando que se torna oportuno avançar para o redimensionamento da Associação, tendo em vista a sua realidade actual, nomeadamente quanto à necessária maleabilidade operacional e às dificuldades financeiras de momento;

Nos termos das competências do Secretariado Nacional, nomeadamente da alínea b) do n.º 1 do art.º 31.º dos Estatutos, decide-se:

1. As Delegações de Coimbra e Viseu passam a integrar a zona de Lisboa, dependendo assim directamente da sede.

2. Na sequência do número anterior, a Direcção da Delegação de Coimbra mantém-se em funções, devendo para o efeito ser empossada pela Mesa da Assembleia Geral Nacional. Como os órgãos de zona deixam de existir, efectuar-se-ão, em data a determinar pela Mesa da Assembleia Geral Nacional, eleições para a Direcção da Delegação de Viseu.

3. A Direcção Central fica encarregada de gerir directamente a Delegação de Viseu até à tomada de posse da Direcção de Delegação a eleger.

4. As listas candidatas às eleições para a Delegação de Viseu serão todas subscritas por associados, nos termos do Regulamento Eleitoral, visto que não existe Direcção de Delegação cessante.

Esta deliberação não pode ser entendida como uma restrição à participação dos sócios através dos órgãos eleitos localmente, nomeadamente na sua responsabilização na orientação nacional da ADFFA. Assim, desde já o Secretariado Nacional propõe à Assembleia Geral Nacional que, na alteração estatutária a realizar, encare o alargamento do Secretariado, nomeadamente com a participação de um elemento de cada Direcção de Delegação.

Eleição da Direcção da Delegação de Viseu dia 12 de Dezembro

Na sequência da deliberação do Secretariado Nacional, a Mesa da Assembleia Geral Nacional marcou já a data das eleições para a Direcção da Delegação de Viseu.

Assim, as eleições realizam-se no próximo dia 12 de Dezembro de 1981, na sede da Delegação em Viseu, funcionando a mesa de voto das 14 às 19 horas.

As listas e respectivos programas devem ser entregues na Mesa da Assembleia Geral Nacional (Rua Pedro Hispano, n.º 1105, 4200 Porto) até às 18 horas do dia 23 de Novembro.

Todas as listas candidatas terão que ser subscritas por um mínimo de 10 sócios no pleno uso dos seus direitos.

Na sede da ADFFA em Lisboa

REUNIÕES DE SÓCIOS TODOS OS ÚLTIMOS SÁBADOS DE CADA MÊS

Conforme noticiado no último número do «Elo», realizam-se reuniões de sócios na sede da Associação em Lisboa todos os últimos sábados de cada mês com início às 15 horas.

A reunião de Outubro teve lugar no dia 24.

Quanto ao mês de Novembro, a reunião realizar-se-à no dia 28.

Com estas reuniões pretende-se que todos os sócios participem na discussão das grandes questões com que a ADFFA se vai debatendo, nomeadamente a luta em que estamos empenhados para a publicação da legislação mais justa.

Realça-se a importância para a Associação e para todos os associados da presença de grande número de sócios nestas reuniões, permitindo-se assim que a posição da ADFFA assente cada vez mais e em cada momento na vontade colectiva da massa associativa.

A realização destas reuniões periódicas não impede que outras reuniões de sócios se realizem ao longo do mês se assim o exigirem os interesses da Associação e dos associados. Neste sentido, desde já se adianta que no mês de Dezembro se realizarão reuniões descentralizadas em todo o País, tendo em vista a discussão dos assuntos a submeter à próxima Assembleia Geral Nacional a realizar, em princípio, no dia 16 de Janeiro próximo.

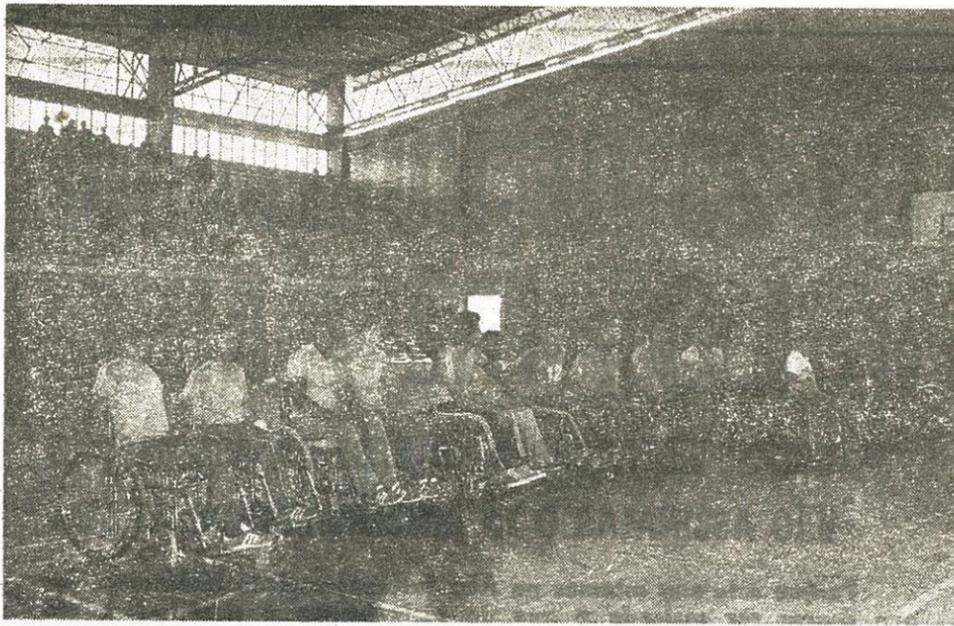
Como pontos principais da ordem de trabalhos desta Assembleia Geral salienta-se a legislação, alteração dos Estatutos e Ano Internacional do Deficiente.

DIA 5 DE DEZEMBRO

FESTA DE NATAL NA DELEGAÇÃO DO PORTO

À semelhança dos anos anteriores, a Delegação do Porto leva a efeito no dia 5 de Dezembro, à tarde, no Cinema Júlio Dinis a Festa de Natal que tem por objectivo essencial, juntar em ambiente de convívio e camaradagem, os sócios e seus familiares, muito especialmente os seus filhos.

Os sócios interessados em participar, devem fazer a sua inscrição até ao dia 25 de Novembro indicando o nome, idade e sexo dos seus filhos.



As duas equipas de basquetebol antes do início do jogo



Durante o colóquio na sala da Assembleia Municipal

A ADFA LEVOU O AID ATÉ CASTELO BRANCO

Prosseguindo o esforço da ADFA em levar as comemorações do Ano Internacional do deficiente aos mais diversos pontos do País, procurando, deste modo, que a população tome conhecimento directo, com uma participação activa, desta problemática, do que significa o AID e quais os seus objectivos, esteve desta vez em foco Castelo Branco, onde funciona uma das primeiras delegações da Associação.

Efectivamente o fim-de-semana de 17 e 18 de Outubro canalizou as energias da comissão da ADFA para o AID para a capital da Beira-Baixa. Com a colaboração e empenhamento da nossa delegação em Castelo Branco, realizaram-se naquela cidade várias actividades de carácter cultural e desportivo, contando para o efeito com o apoio da Câmara Municipal e da Comissão Distrital para o AID. Foi

inaugurada uma exposição fotográfica sobre a temática do deficiente, no dia 16 pelas 21 horas, no largo junto ao Município, tendo contado com a presença de algumas entidades.

Para a organização desta exposição, que se manteve patente ao público até ao dia 25, podemos contar com a colaboração do Exército na montagem das tendas. Esta iniciativa mereceu a visita de largas centenas de pessoas.

No dia 17, às 21,30 h. foram projectados, pela ADFA, dois filmes, nas instalações da Assembleia Distrital, sobre a problemática do deficiente. Estes filmes foram integrados num colóquio, bastante participado, onde estiveram presentes várias pessoas directa ou indirectamente ligadas ao tema, nomeadamente o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco

que deu, de certo modo, um grande contributo para que o debate se tornasse mais rico.

A marginalização e discriminação a que estão sujeitos os deficientes, bem como a atitude dos governantes, o alheamento autárquico e a falta de sensibilização, foram alguns dos temas abordados pelo Comandante dos Bombeiros que referiu também, e lamentavelmente, o facto de esta ser a primeira iniciativa realizada naquela cidade no âmbito do AID, o que mostra bem o desinteresse dos responsáveis por esta problemática. Focou ainda a necessidade de serem levadas a cabo várias iniciativas como esta, o que mereceu a concordância unânime dos presentes.

Estiveram também presentes educadoras especiais e assistentes sociais, entre outros.

No colóquio pretendeu-se realçar o caminho mais adequado para se poder chegar ao objectivo fundamental, ou seja, a integração social dos deficientes. Nesse sentido, os representantes da ADFA, através de dois elementos da Direcção Central que orientaram o colóquio, indicaram como meio fundamental para atingir esse objectivo a alteração de mentalidades ainda muitas vezes dominantes e impeditivas do reconhecimento das próprias capacidades restantes do deficiente e do seu direito pleno à vida e à felicidade. Para esse efeito, sublinhou-se, o tratamento público dos problemas dos deficientes é fundamental. Este um pressuposto fazendo parte de uma cadeia lógica que actualmente está longe de funcionar. Para esse tratamento, necessário se torna realizar muitos colóquios deste tipo, mas é indispensável que o Estado assumia as suas responsabilidades abrindo as portas dos órgãos de informação estatizados, especialmente da Televisão às comemorações do Ano Internacional do Deficiente.

É de assinalar a participação de uma pessoa presente no colóquio que considerou estar ultrapassada a própria terminologia «deficiente», já que este é um ser em tudo igual aos outros. Por parte dos representantes da ADFA houve concordância com esta ideia, mas com uma pequena diferença: o deficiente não é ainda igual aos outros. Trata-

-se apenas de um objectivo a atingir, já que muitos dos seus direitos, diferentemente da generalidade dos cidadãos não estão a ser realizados. Pelo que, para que o deficiente seja reconhecido pela sociedade como igual aos outros cidadãos talvez se torne, neste momento, necessário fustigar a sensibilidade das pessoas com a terminologia que, concordámos, deveria ser ultrapassada, tal como já não se aceitam as denominações de «inválido» ou «incapaz».

A este propósito foram ilustrativos os filmes projectados um sobre uma experiência alemã de ensino integrado de crianças deficientes e outro sobre desporto e tempos li-

vres dos veteranos de guerra americanos. No primeiro, demonstra-se como se conseguem resultados altamente satisfatórios valorizando a criança em si, esquecendo por vezes a deficiência e as suas limitações. No segundo, prova-se como os deficientes no desporto e nos tempos livres podem ser iguais aos demais.

No dia 18 à tarde, domingo, realizou-se um jogo de basquetebol em cadeira de rodas, no campo do Ciclo Preparatório, entre as equipas da ADFA e JOANITAS, seguido com atenção por elementos da população local. O resultado do jogo, não o mais importante, foi favorável à equipa da ADFA.

É de acrescentar que todas as despesas foram suportadas pela verba entregue pela Comissão Executiva das comemorações do AID ao Distrito de Castelo Branco, tal como foi entregue a todas as restantes comissões distritais.

Desta saída até Castelo Branco ficou-nos a vontade reforçada de continuar, de sair de Lisboa e ir até ao interior, onde a população vive mais alheada da problemática dos deficientes e onde poderá contudo, revelar uma maior disponibilidade e mobilização para esta questão, menos sujeita que está à vida apressada e preenchida dos grandes centros.

DIA 13 DE NOVEMBRO ÀS 21 HORAS

COLÓQUIO NA SEDE DA ADFA SOBRE «O DEFICIENTE E O DESPORTO»

Dentro do espírito que presidiu à elaboração dum programa próprio da ADFA para as comemorações do AID, várias actividades têm sido levadas a cabo, quer em Lisboa, quer ainda em muitas zonas do interior, desde actividades desportivas, projecção de filmes, debates, etc..

Até agora, por parte das entidades responsáveis, que a exemplo de outros países deveriam empenhar-se na sensibilização da opinião pública e aprovação de medidas que permitissem uma total integração do deficiente na sociedade, temos verificado um total alheamento e desinteresse, não acatando, como lhes competia, as recomendações da ONU para este ano.

A ADFA, como força activa e progressista no seio do movimento de deficientes, tem lutado para que, findo que seja este ano, tudo não fique na mesma, limitando-se o AID a um programa de intensões.

É nesta base, e dentro do espírito que norteou a organização dos deficientes das Forças Armadas em Associação, que temos pugnado pela sensibilização da sociedade sem desprezar, como é óbvio, o carácter reivindicativo que a ADFA sempre teve. Assim, até final do ano, várias activida-

des irão ser levadas a cabo em Lisboa e na província. Para já está em curso o ciclo de colóquios sobre as questões fundamentais que mais nos preocupam, tendo-se realizado o primeiro no passado dia 2 de Outubro, cuja notícia damos noutra local deste número. O próximo será subordinado ao tema «O DEFICIENTE E O DESPORTO» e terá lugar no Salão Nobre da Sede da ADFA no dia 13 de Novembro pelas 21 horas, contando desde já com a presença de representantes da Direcção Geral de Desportos e com a professora Regina Peyroteu, ex-técnica daquela Direcção Geral. Irão ainda ser convidadas as Associações de Deficientes e representantes de departamentos públicos ligados à reabilitação.

Conta-se, obviamente, com a presença activa do dinâmico grupo de sócios da ADFA que ultimamente tem vindo a dar um impulso inestimável ao desporto para deficientes nas mais diversas modalidades.

Aproveita-se para exortar os sócios da Zona de Lisboa em geral a participarem neste colóquio bem como nos restantes a realizar, como aliás, em todas as actividades relativas ao Ano Internacional do Deficiente, deste modo incenti-

vando a Comissão da ADFA para o AID e dando mais força às nossas próprias realizações. Isto, para além do mais, dentro do espírito da necessária participação associativa, elemento fundamental para o desenvolvimento de uma ADFA cada vez mais forte e, por isso mesmo, capaz de melhor defender os nossos interesses.

ADFA NO GOVERNO CIVIL DO PORTO

O Governador Civil do Porto recebeu, no passado dia 19 de Outubro, a Direcção da Zona Norte da ADFA que ali se deslocou para expor os problemas que enfrentam os deficientes das Forças Armadas no Distrito do Porto, e dar a conhecer as actividades que têm sido desenvolvidas pela ADFA.

Aquela entidade acolheu com agrado a Direcção da Zona, tendo-se prontificado a estudar os projectos apresentados, designadamente o que respeita às instalações.

Assim, no dia 27 do mesmo mês, o Governador Civil deslocou-se à Delegação, não só para retribuir a visita, como para inteirar-se de perto dos problemas.

Esta visita será relatada circunstanciadamente no próximo número do «ELO».

REPRESENTAÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO NO PORTO

Uma equipa de técnicos em representação do SNR deslocou-se ao Porto no passado dia 15 de Outubro, para reunir com a Comissão Coordenadora do Distrito do Porto para o AID.

A reunião que se efectuou no Governo Civil do Porto contou com a presença das Associações de Deficientes do Distrito do Porto e algumas das entidades que estão representadas naquela Comissão, designadamente a Câmara Municipal do Porto, Centro Regional de Segurança Social e Governo Civil.

Os referidos técnicos começaram por fazer uma abordagem das actividades e iniciativas que o SNR desenvolveu desde a sua criação com realce para o trabalho desenvolvido pelos grupos criados para fins específicos, tais como o do Trabalho Protegido, «APOIO NO TRABALHO» e «INTEGRAÇÃO DOS DEFICIENTES NA FUNÇÃO PÚBLICA», acabando por referir as actividades desenvolvidas no âmbito do AID.

Da descrição feita, salienta-se o facto de alguns dos projectos legislativos preparados pelo SNR se encontrarem congelados nos departamentos governamentais e o desinteresse e silêncio totais que o principal órgão de informação nacional, a RTP, tem

manifestado para com a problemática dos Deficientes.

Menciona-se ainda o trabalho até agora desenvolvido pelo SNR, no campo das barreiras arquitectónicas, designadamente na área dos transportes, estando para breve o lançamento de uma experiência na cidade de Lisboa.

Igual experiência foi proposta para a cidade do Porto, não tendo, no entanto, merecido concordância, tendo a mesma sido adiada até se conheçam os resultados práticos de Lisboa.

A finalizar, a Comissão executiva da Comissão Coordenadora do Distrito do Porto fez conhecer à representação do SNR que esta visita pecou por atraso, esperando-se que de futuro o SNR chegue o mais vezes ao Distrito do Porto, se possível dum forma definitiva, através da sua descentralização efectiva.

Mostrou-se igualmente preocupada por este ano não se estar a cumprir minimamente um dos objectivos fundamentais do AID, a sensibilização para a problemática dos deficientes, sobretudo através daquilo que deveria ser o principal meio nessa área, a RTP. No entanto, poderá ainda esta falha ser superada até ao fim do corrente ano se o SNR empenhar nesse sentido todos os seus esforços.

SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO RECEBEU DIRECÇÃO DA ADFA

PEDIDA A REESTRUTURAÇÃO DO SNR CONFORME CONCLUSÕES DO CONGRESSO DA ADFA

O Secretário Nacional de Reabilitação, Cor. Vilalobos, recebeu a Direcção Central da ADFA no dia 8 de Outubro.

Esta audiência foi solicitada com dois objectivos fundamentais: tentar mais uma vez, através do Secretário Nacional de Reabilitação, que as comemorações do AID tenham a dinâmica pública devido, especialmente através da RTP, e procurar conseguir, também através do mesmo meio, que o Secretariado Nacional de Reabilitação seja reestruturado nos termos definidos pelo 2.º Congresso Nacional da ADFA.

Relativamente ao primeiro objectivo, mais uma vez constatámos que acima do próprio Secretário Nacional de Reabilitação existe uma falta de vontade política muito determinada para o cumprimento dos objectivos do AID. Relativamente à RTP, constatámos que não está disposta a abrir a porta que dá para o Secretariado Nacional de Reabilitação.

Assim, isto constatado, a ADFA dirigiu-se já direc-

tamente ao Presidente do Conselho de Administração da RTP, solicitando-lhe que aquele órgão de informação dê de imediato a devida atenção às comemorações do AID, começando por promover uma mesa redonda, a hora de grande audição, com a participação do Secretariado Nacional de Reabilitação e Associações de deficientes representados no Conselho Nacional de Reabilitação.

Neste ofício a ADFA colocou-se à disposição da RTP para a colaboração considerada necessária.

No caso desta diligência não surtir efeito, estão previstas outras que evidenciem o interesse que os deficientes atribuem aos órgãos de informação nas comemorações do AID.

Este ofício, para já, foi enviado com conhecimento para o Primeiro-Ministro, Secretário Nacional de Reabilitação e Estrutura Oficial do AID.

Também à RDP e jornais estatizados foi enviado ofício de teor semelhante.

No que respeita a reestruturação do Secretariado

Nacional de Reabilitação, a Direcção da ADFA defendeu junto do Cor. Vilalobos a necessidade e urgência de proceder ao alargamento e regionalização do Conselho Nacional de Reabilitação, conforme previsto nas conclusões do Congresso da ADFA.

Após a audiência, foi enviado um ofício ao Secretário Nacional de Reabilitação, expressando desenvolvimento esta solicitação da ADFA e pedindo-lhe que convoque uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Reabilitação para debater este assunto, formulando uma proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 43/76.

Deste ofício deu-se conhecimento a todos os vogais do Conselho Nacional de Reabilitação.

AID

em Aveiras de Cima

Um grupo de sócios de Aveiras de Cima, Azambuja, chamou a si a responsabilidade de assinalar na Zona o AID, onde até agora praticamente nada foi feito no âmbito do Ano Internacional do Deficiente no sentido de sensibilizar a opinião pública para a problemática do deficiente.

As iniciativas a levar a cabo no próximo dia 8 de Novembro contam com o apoio de algumas entidades, cujo programa consta de exposição de fotografias durante o fim de semana, realizando-se no domingo, pelas 10 horas, um jogo de basquetebol em cadeiras de rodas seguido de um almoço de convívio entre os desportistas e sócios da Zona. Às 16 horas projecção de um filme sobre a problemática do deficiente seguido de debate.

BARREIRO TERÁ NÚCLEO DE NATAÇÃO PARA DEFICIENTES

A nossa Associação tem ultimamente intensificado as várias actividades desportivas,

tendo encontrado por parte dos sócios uma grande participação e entusiasmo.

Nas várias manifestações desportivas levadas a cabo temos encontrado o apoio de várias autarquias locais interessadas na problemática do deficiente.

A Câmara Municipal do Barreiro mostra-se mais uma vez interessada pela prática desportiva para deficientes, contando, como é óbvio, com o apoio e colaboração da ADFA.

Assim, a ADFA e aquela Autarquia irão criar no Barreiro um Núcleo de natação para os nossos sócios residentes na zona, sendo para tal necessária a constituição de um grupo que justifique a abertura da piscina para as aulas e prática da modalidade.

Para que o núcleo de natação do Barreiro possa ser uma realidade, informamos todos os sócios interessados e residentes naquela área que poderão desde já inscrever-se na Secção de Desportos da Sede em Lisboa.

DIRECÇÃO DA ZONA NORTE REÚNE COM OS PARTIDOS POLÍTICOS COM REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL

A Direcção da Zona Norte efectuou reuniões com os vários Partidos com representação Municipal, a fim de lhes dar a conhecer os problemas que enfrentam os Deficientes das Forças Armadas no Distrito do Porto, tendo os mesmos demonstrado interesse perante os factos expostos e prometido encaminhá-los para os Órgãos competentes.

A todos, sem excepção, foi sublinhado, no decor-

rer das audiências que os actuais Órgãos da ADFA em caso algum admitem a sua intromissão na vida interna da Associação.

DESCONTOS COMERCIAIS NA ZONA SUL

No sentido de procurar medidas de âmbito social e na defesa dos interesses dos Associados, e Direcção da Zona Sul tem estabelecido contacto com diversas firmas comerciais em Évora, com o fim de serem concedidos descontos fixos, e directamente, no acto de aquisições feitas pelos sócios a pronto pagamento.

Assim, informamos os Sócios que, na Delegação de Évora, existe já uma vasta lista de casas comerciais que

facultam descontos que vão desde os 10% aos 15%, mediante uma requisição que será passada ao sócio que a solicitar.

Porque continuamos a estabelecer contactos, que esperamos alargar a Beja, Elvas e Portalegre, bem como noutras localidades de maior implantação de sócios, julgamos poder apresentar, no próximo número do «ELO», uma lista completa das firmas e descontos concedidos.

EM 23 DE NOVEMBRO «ELO» FAZ 7 ANOS

VÁRIAS ACTIVIDADES NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO VÃO ASSINALAR O 7.º ANIVERSÁRIO DO «ELO»

Porque este ano estamos no Ano Internacional do Deficiente, em que devem ser realçado o que de mais íntimo e significativo diz respeito aos deficientes, e porque o «ELO» é ao mesmo tempo impulsor do movimento associativo e o próprio registo da história desse movimento, vamos este ano assinalar de forma especial o aniversário do nosso jornal.

As várias actividades a seguir referidas, inseridas na passagem do 7.º aniversário do «ELO», estão a ser preparadas com o maior entusiasmo na Sede da Associação, contando-se, desta vez, com a representação de todas as delegações, especialmente no jantar-convívio que se realiza no próprio dia 23 de Novembro às 19,30 horas.

Desde já se exorta os sócios, especialmente da área de Lisboa, para estarem presentes nas várias actividades e se inscreverem para o jantar-convívio que deverá ter uma intensa expressão associativa.

Note-se que o dia 23 de Novembro, além de ser o dia em que saiu a primeira edição do «ELO», tem ainda um outro significado associativo, pois foi nesta data (23 de Novembro de 1974) que se realizou a primeira grande Assembleia Geral Nacional da ADFA, se fez a primeira manifestação (até S. Bento) e se ocupou todas as instalações do Palácio da Independência.

O próximo número do «ELO» terá um carácter especial com o desenvolvimento de temas especialmente inseridos nas comemorações do Ano Internacional do Deficiente.

ACTIVIDADES

● Dia 20 de Novembro, sexta-feira, às 19 horas, será inaugurada uma exposição fotográfica sobre toda a problemática do deficiente, a qual se manterá patente ao público até ao dia 27 de Novembro. Às 21 horas haverá um colóquio, na sede da ADFA, sobre a função social da Imprensa, contando desde já com a presença dos jornalistas Manuel Alpedrinha e Cáceres Monteiro.

● Dia 21, sábado, às 15 horas, corrida de cadeiras de rodas, desde o Marquês de Pombal ao Rossio. Às 16 horas, no largo do Rossio, prova de gincana em cadeiras de rodas. Às 17 horas, na sede da ADFA, tarde cultural com música moderna, africana e canto livre. Às 18 horas serão entregues os prémios do Concurso de Jogos Florais, que só terminará no dia 11 a pedido de alguns interessados, seguindo-se a continuação da tarde cultural.

● Dia 22, domingo, às 16 horas, na Sede, projecção de filmes sobre a temática do deficiente. Às 17 horas, simultânea de Xadrêz com a participação do campeão Mundial. (Surdos), Renato Pereira, recentemente distinguido pela Federação Internacional de Xadrêz.

● Dia 23, segunda-feira, às 19,30 horas, Jantar de convívio entre os associados, assinantes e amigos do «ELO», com canto livre.

As inscrições para o jantar poderão ser feitas no bar da ADFA ou na portaria, até ao dia 19 de Novembro.

As inscrições para as provas desportivas serão feitas na Secção de Desportos até ao dia 20. Será atribuída uma «Taça Jornal ELO» à equipa vencedora e medalhas aos cinco primeiros classificados, entre outros prémios.

DÍSTICO DE IDENTIFICAÇÃO PARA VEÍCULOS AFECTOS AO SERVIÇO DE DEFICIENTES MOTORES

Foi publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 226, de 1 de Outubro de 1981, a Portaria n.º 878/81, do Ministério dos Transportes e Comunicações, que visa, a semelhança do que já se verifica noutros países da Europa, introduzir em Portugal painéis de identificação para os veículos afectos ao serviço de deficientes motores.

É uma iniciativa integrada no âmbito do Ano Internacional do Deficiente e destina-se a indicar os veículos afectos ao serviço dos deficientes motores, possibilitando, com

a colocação do dístico com o símbolo interrenacional do deficiente no pábrizas dianteiro, o estacionamento daqueles em locais que lhes estarão especialmente destinados.

Com uma validade de 5 anos, excepto do atestado médico constar um período de validade inferior, este dístico será emitido pela Direcção Geral de Viação, contra a apresentação de requerimento na Direcção de Viação da área da residência, podendo o deficiente motor usufruir deste direito se se encontrar abrangido pelas condições a

definir em legislação complementar.

É uma medida, cremos, de plena justiça, muito embora a Portaria refira que as facilidades de estacionamento serão em locais que lhes estarão especialmente destinados, limitando, pensamos, desta forma um mais fácil acesso a lugares públicos e a uma mais rápida integração profissional.

Resta agora aos deficientes motores aguardar a publicação de legislação que venha a definir as condições que lhes possibilitarão a obtenção daquele dístico.

O DEFICIENTE E O TRABALHO

TEMA APROFUNDADO NO COLÓQUIO REALIZADO NA ADFA, EM 2 DE OUTUBRO

Conforme noticiado no último número do «Elo», realizou-se, no passado dia 2 de Outubro, na sede da ADFA em Lisboa, um colóquio subordinado ao tema «o deficiente e o trabalho».

Este encontro, que se insere num ciclo de colóquios que a ADFA está a promover no âmbito das comemorações do Ano Internacional do Deficiente, despertou bastante interesse por meios afectos à reabilitação logo que foi anunciado e veio a revelar-se altamente participado e produtivo.

A orientar os trabalhos, além dos representantes da ADFA, estiveram um membro do Secretariado da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical, Carlos Carvalho, e um elemento da Comissão de Reabilitação em representação da Secretaria de Estado do Emprego, Elder Vicente.



Um aspecto do colóquio (Foto FARINHO LOPES)

Além da Intersindical e da Secretaria de Estado do Emprego, foram ainda convidadas para este colóquio a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP). Pretendia-se, assim, aprofundar o tema do trabalho, de fundamental importância para os deficientes, com a participação das centrais sindicais, das organizações patronais e representantes do departamento governamental (Secretaria de Estado do Emprego) a que a directamente esta questão diz respeito.

A UGT, que chegou a prometer que estaria presente, não participou. A CIP, que não chegou a responder, também esteve ausente. Lamentou-se, e lamenta-se este facto, já que com a presença destas duas organizações o colóquio poderia ter sido ainda mais enriquecido.

Estiveram ainda presentes representantes da Associação

Portuguesa de Deficientes, nomeadamente três membros da sua Direcção, um representante do Secretariado Nacional de Reabilitação e na parte final o próprio Secretário Adjunto do Secretário Nacional, Dr. Manuel Dantas, um representante do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, um representante do Partido Popular Monárquico e vários técnicos de serviços do Estado ligados à reabilitação de deficientes.

Os trabalhos, que se iniciaram às 21,30 horas, terminaram já depois da meia-noite, ainda com muitas questões por apresentar e muitas perguntas por responder.

Logo na abertura foi realçada a importância da integração profissional dos deficientes no âmbito da integração social em geral, afirmando-se que esta não é possível sem aquela. Igualmente foi realçada a necessidade e oportunidade de se proceder a debates públicos e amplos sobre a integração do deficiente no trabalho, neles participando, além dos próprios interessados — os deficientes —, o governo, os parceiros sociais, os técnicos de reabilitação e a população em geral. Foi nesse sentido que desde logo se sublinhou a importância da presença da CGTP-Intersindical. Estes debates tornaram-se especialmente necessários quando o projecto de colocação dos deficientes no sector

privado entra num certo impasse, conforme referido no último número do «Elo».

Secretaria de Estado do Emprego: funcionamento do CARP, um projecto para breve

Ao representante da Secretaria de Estado do Emprego foram postas algumas questões muito directas, especialmente por deficientes presen-

Reconheceu-se, mais uma vez, que, até agora, ainda não se conseguiu fazer o aproveitamento do CARP que tem funcionado apenas como um centro de fachada, justificando-se assim o Estado perante os deficientes com a apresentação de um centro de reabilitação profissional com uma certa imponência, mas que não funciona em prol dos próprios.

Abordada a questão do trabalho protegido, o representante da Secretaria de Estado do Emprego disse tratar-se de um projecto que poderá vir a ser aprovado brevemente, tendo para tanto sido já feitas as diligências necessárias pelo sector que representa.

Recorde-se que vai já para dois anos que este projecto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Reabilitação, estando, desde aí, retido nos Ministérios dos Assuntos Sociais e do Trabalho.

CGTP-IN: maior atenção e disponibilidade de futuro para os deficientes

O representante da Intersindical referiu-se com bastante profundidade às relações entre o movimento sindi-

cal e os deficientes, tanto na exposição inicial que fez como nas respostas que ao longo do colóquio foi dando às várias perguntas que lhe foram endereçadas.

Segundo Carlos Carvalho, o movimento sindical e, nomeadamente a CGTP, não terá até aqui dispensado a maior atenção aos problemas dos deficientes na sua qualidade de trabalhadores ou candidatos a trabalhadores, porque nem sempre terá havido a necessária sensibilização dos próprios dirigentes sindicais. Acontece ainda, realçou o representante da intersindical, que o problema dos deficientes se situa num outro mais profundo e que não afecta apenas estes, mas lhes agrava a sua própria situação: trata-se da falta de postos de trabalho em geral.

Várias intervenções de presentes, especialmente de deficientes, foram no sentido de sugerir, ou mesmo exigir, uma maior ligação do movimento sindical ao movimento associativo de deficientes. Que sejam os próprios trabalhadores, todos eles potenciais deficientes, a tomar consciência da discriminação a que estes são votados, é a não valoriza-

(Continua na 5.ª pag.)

A ADFA PROJECTA FILMES SOBRE DEFICIENTES NO ANEXO E LAR MILITAR

A fim de projectarem alguns filmes sobre a problemática do deficiente, representantes da ADFA deslocaram-se no dia 16 de Outubro à tarde ao anexo do HMP, onde foram recebidos com algum entusiasmo por parte dos sócios ali internados. Esta deslocação insere-se na programação da ADFA para este ano.

Oportunamente serão igualmente projectados filmes no Lar Militar. Esta nossa equipa deslocar-se-á ainda a qualquer outro lugar onde se justifique essa deslocação e eventualmente seja solicitada.

DEFICIENTES DE COIMBRA BENEFICIAM DE DESCONTOS EM ARTIGOS BOSCH

De harmonia com o contacto efectuado com um representante da empresa, RUNKEL & ANDRADE, concessionária da BOSCH, informam-se todos os associados da nossa associação que poderão fazer compras na referida empresa, usufruindo de descontos de 5 a 20%.

Para o efeito, deverão os camaradas interessados, munir-se de uma requisição que lhe será passada nas instalações da Delegação de Coimbra, sem a qual não terão direito ao desconto.

A referida empresa, vende acessórios de automóveis e electrodomésticos, incluindo televisões.

Qualquer informação sobre

o assunto poderá ser solicitada nos serviços da Delegação de Coimbra da ADFA.

FESTA DE NATAL DA DELEGAÇÃO DE VISEU É DIA 19 DE DEZEMBRO

Na circular enviada aos sócios residentes na área da delegação de Viseu não foi incluída a data da festa-convívio do Natal. Assim, informam-se os sócios daquela delegação que a referida festa se realizará no dia 19 de Dezembro, no mesmo local do ano transacto.



Um aspecto da assistência (Foto FARINHO LOPES)

tes, sobre o funcionamento dos serviços de reabilitação profissional e colocação de deficientes no trabalho. Perante a afirmação de um deficiente (membro da Direcção da APD) de que em Portugal não existe reabilitação profissional, o representante da Secretaria de Estado do Emprego referiu a disposição do actual Secretário de Estado do Emprego em pôr em funcionamento o mais rapidamente possível o Centro de Avaliação e Reabilitação Profissional do Alcoitão (CARP). O senhor Secretário de Estado teria já estabelecido um prazo para que lhe fosse apresentado um projecto de reestruturação deste centro.

COM REFLEXOS NAS PENSÕES DOS DFA

FOI ACTUALIZADO O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Tal como vem sucedendo anualmente foi este ano actualizado o salário mínimo nacional que, como se sabe, se reflecte directamente nos quantitativos das pensões dos deficientes das Forças Armadas da campanha, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, nomeada-

mente no cálculo do abono suplementar de invalidez e na prestação suplementar de invalidez.

Esta actualização, publicada no Diário da República de 29 de Outubro através do Decreto-Lei n.º 296/81, fixa o salário mínimo em 10 700\$00 com efeito a partir de 1 de Outubro.

CONSULTÓRIO JURÍDICO

Benefícios na aquisição de Habitação Própria

Com este número vamos iniciar a divulgação dos benefícios concedidos aos deficientes na aquisição ou construção de habitação própria permanente.

Para tanto, divulgaremos não só a legislação sobre esta matéria aplicável especificamente aos deficientes, mas, além destes, também aplicável a qualquer outro interessado, não só porque há deficientes que não beneficiam de qualquer regime de excepção, como ainda, porque o regime geral lhes poderá ser mais favorável.

Antes, porém, de entrarmos no assunto que nos propomos tratar, sempre se justificará, à laia de introdução uma breve referência à justificação desses benefícios.

A Constituição da República consagra no seu artigo 65.º o direito de todos os portugueses à habitação, o que fez nos seguintes termos:

«1— Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2— Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede de transportes e de equipamento social;

b) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e fomentar a autoconstrução e a criação de cooperativas de habitação;

c) Estimular a construção privada, com subordinação aos interesses gerais.

3— O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

4— O Estado e as autarquias locais exercerão efectivo controlo do parque imobiliário, procederão à necessária nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e definirão o respectivo direito de utilização.»

Da leitura do preceito fica, naturalmente, a indicação do longo caminho a percorrer, para que todo e qualquer cidadão possa exercer o justo direito que a Constituição consagra.

A análise das grandes carências verificadas no parque habitacional envolveria o estudo mais ou menos circunstanciado das suas causas, designadamente nos campos político e económico, que obviamente não cabe na singeleza do nosso trabalho, nem se insere nos objectivos que nos propomos.

De qualquer modo, sempre se dirá que os benefícios concedidos na aquisição de habitação se situam em dois planos.

O primeiro representa a contribuição do estudo para melhoria das condições de habitação dos portugueses, muito embora, contrariamente ao que se tem dito e escrito, tal contribuição não aproveite muitas vezes àqueles que mais necessitam, quer pelo elevado custo das habitações, quer pelo montante das mensalidades a pagar às instituições de crédito credoras em consequência das taxas de juro praticadas.

O segundo, é que, por razões diversas, a maioria dos imóveis construídos destina-se a ser vendida em fracções autónomas para habitação dos próprios adquirentes.

Justificando-se, assim, o incentivo à aquisição de habitação própria permanente, como forma de fomentar a indústria de construção civil e das que lhes estão associadas.

Tais incentivos têm a ver, por um lado, com as condições de pagamento dos empréstimos obtidos para o efeito e, portanto, com benefícios fiscais concedidos.

Quanto às condições de pagamento temos que estes empréstimos, ora estão sujeitos a uma taxa de juro inferior à normalmente praticada, ora é o próprio Estado, o Banco de Portugal e as instituições de crédito que suportam uma parte, pagando o usufruário apenas a diferença.

Quanto aos benefícios fiscais temos que haverá lugar à isenção de sisa, ou pelo menos à sua redução, e haverá lugar à isenção temporária da contribuição predial.

É sobre estas questões que iremos falar futuramente, tratando já no próximo número das condições dos empréstimos para D. F. As. e restantes deficientes com 60% ou mais de invalidez.

O Consultor Jurídico

EM SESSÃO PÚBLICA SOBRE O DESARMAMENTO

COMUNICAÇÃO DA ADFA RESPONSABILIZA TODA A SOCIEDADE PELA SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS DE GUERRA

Integrada na semana do desarmamento proclamado pelas Nações Unidas realizou-se no dia 28 de Outubro, no salão nobre da sede da ADFA em Lisboa, uma sessão pública promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação.

A ADFA, que, talvez mais que ninguém, tem autoridade moral para se pronunciar sobre as consequências marcantes da guerra, entregou à mesa da referida sessão uma comunicação que foi lida e longamente aplaudida.

Transcrevemos aqui, na íntegra, essa comunicação.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas acompanha com a maior atenção e preocupação as ameaças que impendem sobre a humanidade através do crescente aumento do potencial destrutivo por parte das grandes potências.

Numa altura em que, felizmente, um pouco por todo o

mundo, a dignidade humana é valorizada e defendida, cimenteiramente, as maiores e mais responsáveis nações criam aceleradamente os meios capazes de, em momentos, extinguir a própria humanidade.

Os jogos de interesses, que ao longo da história do homem sempre se sobrepujaram à própria afirmação e realização social dos cidadãos,

têm mantido e mantêm ainda, em diversos pontos do globo, confrontos armados, destruidores e consumidores de vidas.

O homem, especialmente o militar que é chamado a cumprir os deveres cívicos para com o seu país, é afinal o preço barato que cada nação paga pela tentativa de satisfação dos seus interesses.

As sociedades e a humanidade em geral ainda não se habituaram a avaliar esse preço e a verem-se no espelho criado pelos mortos e feridos de guerra.

Nós, deficientes das Forças Armadas, reflexos vivos e presentes de uma guerra que poderia ter sido evitada, não nos cansamos de atrair as atenções públicas para nós próprios, a fim de que do nosso exemplo possa ser extraída uma lição válida. Mas a sensibilidade das pessoas, embotada pelos habituais e penosos conflitos e ainda

desviada para outras questões tantas vezes supérfluas e alimentórias, alheia-se facilmente desta situação real, permitindo que o abandono e esquecimento sejam o destino dos caprichos e interesses políticos e económicos engendrados das guerras.

Que sirva, assim, a nossa existência como uma referência e uma chamada de atenção, reforçando a consciência colectiva de que a paz deve ser encarada como mais que uma teórica aspiração do ser humano, porque a guerra produz de facto prejuízos e sofrimentos impagáveis. Para que essa consciência seja real, há que, desde já, responsabilizar toda a sociedade pela situação das actuais vítimas de guerra.

A esta sessão e aos seus objectivos queremos ligar o significado do Ano Internacional do Deficiente proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas e que é mantido tão ignorado da opinião pública do nosso país, fazendo-nos crer que os despojos de guerra, do trabalho e da máquina social em geral são o lixo irrecuperável de uma humanidade que assim se desumaniza.

ACTIVIDADE DO CENTRO OFICIAL DE MEIOS ORTOPÉDICOS DA ADFA

Nestes dois meses, e em termos meramente oficiais, foram concluídas 15 próteses novas, 1 ortótese para a coluna e 5 pares de palmilhas ortopédicas.

No que toca a consertos, foram executados trabalhos em 34 próteses e 1 ortótese para o membro inferior.

Como contrapartida, foram admitidos 37 novos amputados, cujas próteses, neste momento, se encontram nas mais diversas fases de execução.

Encontram-se ainda aguardando vaga para serem chamados 15 amputados e que, provavelmente, só serão concluídas as suas próteses em 1982.

Refira-se que, relativamente ao número de DF's aqui assinalados e no que toca aos trabalhos concluídos, apenas 6 são DFA's, enquanto que dos 37 novos convocados, apenas 6 são militares DFA's.

Este facto é tanto mais lamentável, quanto se sabe que a nossa oficina foi construída por DFA's, pensando nos DFA's, e na solução dos seus problemas.

O sector de fisioterapia e

terapia ocupacional e de consultas médicas da especialidade funcionou diariamente em períodos de 2 horas, com treinos a DF's civis que, pela primeira vez, colocaram as suas próteses.

No tocante à conservação das instalações existentes, foram colocados extintores de incêndio e foi já adjudicada a colocação de um exaustor de gases na oficina, estando prevista a sua colocação para início de Novembro próximo.

Foi também feito um seguro de incêndio às instalações oficiais.

O factor «matérias primas e produtos pré-fabricados» não foi também descurado, tendo havido contactos com entidades responsáveis, a nível nacional, pelas indústrias de malhas e plásticos, no sentido de uma melhoria efectiva dos nossos produtos e serviços.

Os esforços ultimamente realizados no campo da investigação levaram à descoberta de um meio capaz de revolucionar a técnica de construção de próteses, sobretudo susceptível de beneficiar os casos mais difíceis.

COM REQUISIÇÕES DA ADFA

SÓCIOS PODEM COMPRAR ARTIGOS MAIS BARATOS EM VÁRIAS FIRMAS

Tem sido prática, na sede da Associação em Lisboa, emitir requisições em nome da ADFA, afim de os associados poderem beneficiar de uma percentagem de desconto na aquisição de artigos em diversas firmas.

Os sócios da ADFA, à semelhança do que sucede com os sindicatos e as cooperativas, beneficiam desta redução de preço, que vai por vezes até 20%, especialmente por parte das grandes firmas.

Acontece, entretanto, que não apenas os sócios residentes em Lisboa podem beneficiar deste desconto. Também os sócios residentes na província, através de requisições passadas pelas delegações da Associação podem usufruir desse benefício, bastando para tal que se informem junto da própria delegação sobre quais as firmas que fazem esses descontos ou perguntando directamente à casa vencedora se aceita requisições da ADFA.

Conforme noticiado noutra local deste número, as delegações de Évora e Coimbra estão empenhadas em prestar mais este serviço aos sócios. Mas também as restantes delegações, conforme já referido, podem prestar este tipo de apoio.

COLÓQUIO NA ADFA

(Continuação da 7.ª pág.)
ção das suas capacidades de trabalho, empenhando-se,

com a enorme força que têm, quer na prevenção da deficiência, quer num esforço de solidariedade com os deficientes do trabalho, quer ainda numa ligação com todos os deficientes, nomeadamente das Forças Armadas, reconhecendo-lhes o direito ao trabalho e inscrevendo na sua própria luta a realização deste direito como num objectivo a atingir.

Perante estas exigências, não havendo, contudo, um compromisso directo da Intersindical, através do seu representante presente, como é compreensível, verificou-se, no entanto, toda a abertura e disponibilidade para um maior aprofundamento desta questão, a fim de que a solidariedade dos trabalhadores para com os deficientes possa encontrar formas práticas sus-

ceptíveis de produzir resultados objectivos.

Note-se que a Intersindical, como, aliás, a UGT, conforme noticiado no último número do «Elo», pronunciou-se favoravelmente sobre o projecto de integração dos deficientes no sector privado e no sector público empresarial, através do estabelecimento da quota obrigatória.

A CIP, que, convidada, não esteve presente, pronunciou-se desfavoravelmente, conforme também noticiado no último número do «Elo».

Perante esta diversidade de posições, este colóquio assumiu especial interesse e oportunidade, sendo opinião unânime dos presentes que se trata de um tema que de forma alguma foi esgotado, devendo continuar o debate com a presença de todos os interessados, nomeadamente da CIP.

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS — CODEFA — ÉVORA

Convocatória

Reunião Geral de Sócios

Convocam-se todos os sócios desta Cooperativa para uma reunião geral a realizar no dia 21 de Novembro de 1981, pelas 15 horas, na Delegação de Évora da ADFA, Rua dos Deficientes das Forças Armadas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apresentação do trabalho feito pela Comissão de Estudo e Análise eleita na reunião de 3 de Outubro de 1981.
- 2 — Medidas a tomar com vista ao futuro da Cooperativa.

Évora, 21 de Outubro de 1981.

Pe'l'A COMISSÃO DE ESTUDO E ANALISE

Manuel Joaquim Calhau Branco

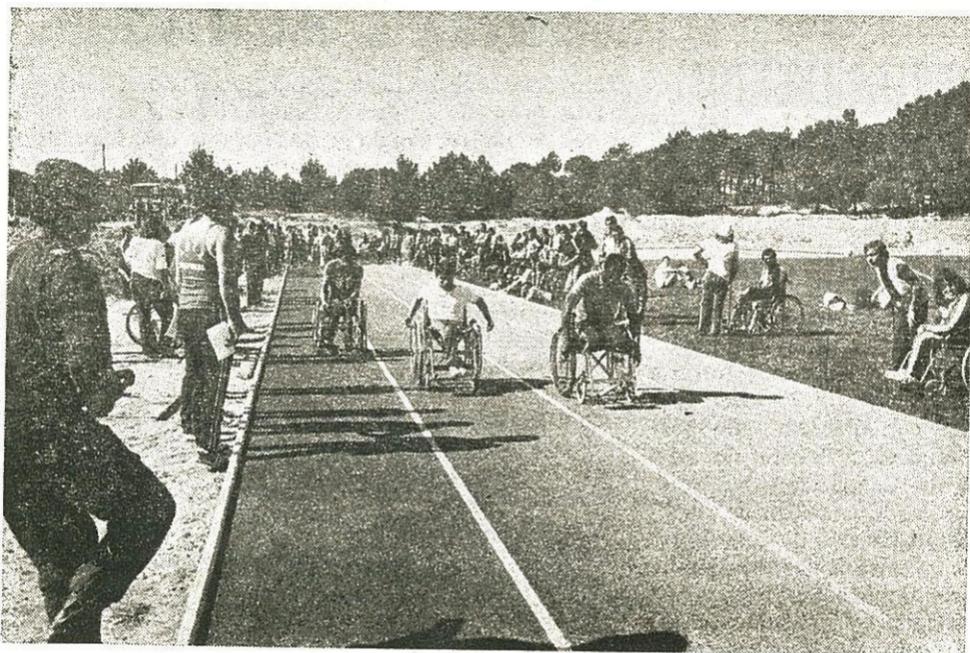
INTEGRAÇÃO DOS DEFICIENTES NA FUNÇÃO PÚBLICA

NOMEADO GRUPO DE TRABALHO

Por deliberação do Conselho Nacional de Reabilitação, foi constituído, por Despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios da Administração Interna, do Trabalho e da Reforma Administrativa, publicado no Diário da República de 19 de Agosto de 1981, um Grupo de Trabalho para proceder à elaboração de um projecto de medidas legislativas sobre o ingresso

de deficientes na Função Pública.

Este Grupo de Trabalho, que já há muito deveria estar constituído e a funcionar, integra um representante da ADFA nomeado para o efeito, sob solicitação de 17 de Setembro de 1981 do Secretariado Nacional de Reabilitação, aguardando-se convocatória daquela entidade para a realização da sua primeira reunião.



Um aspecto das provas desportivas do E.I.A. (Foto FARINHO LOPES)

ENCONTRO INTERNACIONAL DO ALGARVE

REPORTAGEM DESENVOLVIDA NO PRÓXIMO NÚMERO DO «ELO»

Durante uma semana, de 26 a 31 de Outubro, decorreu, na Aldeia das Acoteias, o Encontro Internacional do Algarve (E.I.A.) promovido pelo Lions Club da Quarteira, com a colaboração do Secretariado Nacional de Reabilitação e da Direcção Geral de Desportos. Participaram neste encontro várias Associações de deficientes, entre as quais a ADFA. Participaram ainda duas delegações estrangeiras, da Bélgica e da Inglaterra.

De entre um total de cerca de 300 deficientes participantes, a equipa da ADFA (cerca de 30 sócios), para além de se distinguir em várias modalidades, impôs o seu espírito de participação pelo desporto, numa perspectiva competitiva, isto defendendo que a prática do desporto pelos deficientes deve ser igual à dos restantes cidadãos.

No próximo número do «Elo» será apresentada uma reportagem desenvolvida sobre este encontro.

REPORTAGEM NA RTP DIA 10 DE NOVEMBRO

A Televisão vai apresentar no dia 10 de Novembro, às 19,10 h., no canal 1, uma reportagem sobre este encontro no Algarve. Esta reportagem será integrada no programa semanal «Tempo de Desporto».

DELEGAÇÃO DE COIMBRA DEFICIENTES DÃO SANGUE ASSINALANDO O AID

Integrado nas Iniciativas desta delegação integradas nas comemorações do AID, em colaboração com os serviços de sangue dos Hospitais da Universidade de Coimbra, iremos levar a efeito, nas nossas instalações, uma recolha de sangue, dia 9 de Dezembro próximo. Para o efeito, os responsáveis desta Delegação realizaram, no passado dia 21 de Outubro, uma reunião com uma assistente social dos serviços acima mencionados.

Alertamos desde já todos os camaradas da zona de Coimbra para o significado humano da iniciativa, pelo que esperamos uma grande afluência de sócios, familiares e amigos. Também dos assinantes do «Elo» esperamos a colaboração. A doação será efectuada com toda a segurança, não havendo dádava dos possíveis doadores que não ofereçam condições mínimas. Antes da doação haverão testes médicos, da responsabilidade de uma equipa da brigada dos serviços de sangue dos hospitais da Universidade de Coimbra.

DELEGAÇÃO DO PORTO

ADMISSÃO PARA O CENTRO OFICIAL DE UM AJUDANTE DE MEIOS ORTOPÉDICOS

Devido à saída de um funcionário, está aberto concurso para o preenchimento de uma vaga no Centro Oficial de Meios Ortopédicos, devendo as candidaturas ser apresentadas até ao dia 25 de Novembro.

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

- Compatibilidade com o trabalho em pé e em movimento.
- Não deverá possuir deficiências do aparelho respiratório e dos membros superiores.
- Precisão de movimentos e capacidade de concentração.
- Noções de medidas lineares em polegadas e angulares.
- Propensão para o trabalho manual, sendo capaz de visualizar formas no espaço a 3 dimensões.
- Sensibilidade à problemática dos deficientes.
- 7.º ano liceal (ciências) ou equivalente.

SECRETARIADO NACIONAL DA ADFA VAI DEFINIR ESTATUTO REDACTORIAL DO «ELO»

Uma das próximas deliberações do Secretariado Nacional da Associação será a definição do Estatuto Redactorial do «Elo».

Entretanto, porque surgem por vezes tentativas de procurar utilizar o «Elo» para fins que não correspondem aos objectivos da Associação, interessa, desde já, explicitar alguns critérios que actualmente estão a ser utilizados.

1. A feitura do «Elo» é da responsabilidade da Redacção, de acordo com as directrizes da Direcção Central.
A Redacção do «Elo», de que faz parte o Director, é nomeada pela Direcção Central.
2. A publicação dos artigos enviados ao «Elo» é da responsabilidade da Redacção, de acordo com a orientação previamente traçada pela Direcção Central.
3. Dessa orientação salientam-se as seguintes linhas:
 - O «Elo» não pode servir como meio desagregador da Associação, antes deve ser o verdadeiro elo de ligação entre os sócios, garantindo a sua unidade.
Mantém-se, contudo, como espaço aberto a todos os associados que pretendam, inclusivamente, criticar o próprio jornal ou a orientação da Associação, desde que o façam objectivamente.
 - O «Elo» não pode ser utilizado como meio de promoção ou ataques pessoais e muito menos como difusor de qualquer ideologia política ou partidária.
 - O direito de opinião a que o «Elo» está aberto não pode substituir ou minimizar os órgãos competentes da Associação que, pelo contrário, devem ser dignificados, nomeadamente a Assembleia Geral Nacional, a quem cabe decidir em última instância sobre as questões associativas.
 - Os sócios têm o direito e mesmo o dever associativo de participar com artigos que versem os vários domínios de acção da ADFA ou que tenham um carácter cultural geral, fortalecendo assim o espírito associativo.
 - Também para os leitores que não sejam sócios da ADFA o «Elo» se mantém como um espaço aberto, aguardando a sua participação desde que não colida com os fins da Associação.

A ADFA REÛNE COM A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO

Efectuaram-se no passado mês de Outubro três reuniões entre a ADFA e a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, para análise dos processos reivindicativos desencadeados pelas duas Associações no sentido da melhoria da situação dos deficientes sinistrados e dos deficientes das Forças Armadas, debate da actividade desenvolvida pelas comissões oficiais para o Ano Internacional do Deficiente e criação de um movimento associativo de deficientes, capaz de aglutinar e dar resposta aos problemas, que actualmente se colocam aos deficientes portugueses.

A A. N. D. S. T. relatou de uma forma circunstanciada as diligências que efectuou desde a sua criação para assegurar aos seus sócios uma situação condigna e explanou os projectos que ao longo desse tempo apresentou às entidades governamentais para alterar a responsabilidade pelas indemnizações, deixarem de ser as seguradoras a fazê-lo, uma vez que com a actual situação não mais fazem do que comercializar a deficiência, para atribuir essa função a um organismo criado para o efeito.

Perante os factos expostos, nomeadamente os relacionados com a legisla-

ção ultimamente publicada, a ADFA fez saber àquela Associação que se solidarizava com a luta desenvolvida, conducente à resolução justa dos problemas que afligem os deficientes sinistrados no trabalho.

Analizada a actividade até agora levada a cabo pelas comissões oficiais para o A. I. D., concluiu-se da capacidade e inoperância das mesmas para atingirem os objectivos preconizados pela O. N. U.

quando da proclamação de 1981 como ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE.

Ambas as Associações unanimemente reconheceram a necessidade de existência de um movimento associativo de deficientes forte e capaz de responder aos anseios dos deficientes portugueses, tendo-se concluído continuar a realização de reuniões deste tipo para a clarificação da proposta apresentada pela ADFA.

DELEGAÇÃO DO PORTO

ADMISSÃO DE ESCRITURÁRIO

Devido à saída de um funcionário, está aberto concurso para o preenchimento de uma vaga no Serviço de Apoio Social, devendo as candidaturas ser apresentadas até ao dia 25 de Novembro.

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

- Boa capacidade de relacionamento e argumentação.
- Sensibilidade à problemática dos deficientes.
- Conhecimentos básicos de arquivo e ficheiro.
- Conhecimentos de dactilografia.
- Facilidade de redacção.
- 5.º ano liceal ou equivalente.

COMANDANTE DA REGIÃO MILITAR NORTE RECEBEU DIRECÇÃO DA ZONA NORTE DA ADFA

O Comandante da Região Militar do Norte, General Mário Delgado, recebeu no passado dia 27 de Outubro, em audiência, a Direcção da Zona Norte, que se deslocou ao Quartel General não só para apresentação de cumprimentos, como para expor alguns problemas que afectam os deficientes das Forças Armadas.

Aquela entidade militar mostrou satisfação pela presença da Delegação da ADFA, ficando esta sensibilizada pela maneira como foi recebida.

Quanto aos problemas que lhe foram expostos, mostrou-se interessado, informando da sua disponibilidade para a resolução daqueles que se encontram no âmbito da esfera da sua acção.

DIRECÇÃO DA ZONA NORTE RECEBIDA EM AUDIÊNCIA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E PELO DIRECTOR DO HOSPITAL MILITAR—PORTO

A seu pedido, a Direcção da Zona Norte foi recebida em audiência, nos dias 16 e 20 de Outubro, respectivamente, pelo Presidente da Assembleia Municipal do Porto e pelo Director do Hospital Militar do Porto, os quais manifestaram interesse pelas actividades desenvolvidas pela ADFA que, em grande parte, desconheciam.

Aquele Autarca Municipal, em face dos projectos que lhe foram apresentados, prontificou-se para, junto das entidades municipais, procurar que, na medida do possível, sejam satisfeitos.

ZONA SUL EDUCAÇÃO E CULTURA

No intuito de melhor servir os Associados, entendeu a Direcção da Zona Sul, de acordo com o Professor destacado nesta Delegação, abrir inscrições, para a frequência de ocupação de tempos livres, aos filhos dos Associados.

Nestes moldes, os Sócios que frequentem a escolaridade obrigatória devem dirigir-se aos Serviços da Delegação a fim de se poder estruturar o funcionamento destes tempos livres.

Lembramos aos Sócios que funciona nesta Delegação um Curso de Adultos, para a 4.ª Classe, continuando a aceitar-se inscrições.

COOPERATIVA DE CONSUMO ÉVORA

Reunidos em Assembleia Geral, no passado dia 3 do corrente mês, nas instalações da ADFA em Évora, deliberaram os sócios da «CODEFA-ÉVORA» eleger uma Comissão de Estudo e Análise que averiguasse, perante um balanço a realizar, da situação existente, bem como da viabilidade económica da mesma Cooperativa, devendo esta manter-se encerrada até nova Assembleia Geral, que se realizará no dia 21 do próximo mês de Novembro.

Espera-se, assim, pôr cobro à má gestão que em nada beneficiou os sócios cooperantes.

NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

• COMISSÃO PARLAMENTAR EVENTUAL PARA O AID AINDA NÃO FUNCIONA • DIREITO DOS DEFICIENTES AO TRANSPORTE EM DISCUSSÃO

Na sequência de anteriores notícias publicadas, nomeadamente nos «Elo» n.º 93 e 94, informámos que a Comissão Parlamentar Eventual ainda não se encontrava a funcionar.

Mais um mês passado e a referida Comissão continua a não funcionar, por inépcia de alguns partidos políticos com assento na Assembleia da República, que ainda não nomearam os seus representantes.

Já que esta Comissão não funciona, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista tomou a iniciativa de marcar para o próximo dia 12 de Novembro, na Assembleia da República, a discussão de um projecto-lei sobre o direito dos deficientes ao transporte.

Este projecto, conforme já várias vezes referido em anteriores «Elo», resulta de um projecto de redução do preço da gasolina elaborado no Secretariado Nacional de Reabilitação.

De acordo com este projecto-lei, os deficientes que tenham dificuldade de orientação ou de locomoção e possuam 60% ou mais de desvalorização,

passariam a ter direito a 50% de redução nas tarifas dos transportes públicos, a preço preferencial em 140 litros/mês de gasolina ou a isenção do imposto de gásóleo, ou ainda, a um subsídio de 50% na utilização de transporte público individual, quando não tenham transporte próprio e não haja, ou seja insuficiente, o transporte público.

Creemos que, a ser aprovado este projecto-lei, se dará um salto qualitativo no direito ao transporte por parte dos deficientes, possibilitando, desta forma, uma melhor e mais correcta inserção na sociedade que também é deles e uma possibilidade mais séria para a sua integração profissional.

Aguardemos a deliberação da Assembleia da República sobre este assunto, esperando que este órgão de soberania mantenha a tradição de aprovar por unanimidade os diplomas relativos aos deficientes. Tradição que não deve ser quebrada especialmente quando se comemora o Ano Internacional do Deficiente.

EM 25 DE OUTUBRO

SÓCIO DA ADFA PARTICIPOU EM FRANÇA EM MARATONA INTERNACIONAL

Realizou-se, no dia 25 de Outubro, em Neuf Brisach, em França, uma maratona internacional em que participaram 12 países, entre os quais Portugal.

Entre um número total de participantes de cerca de 1.800, Portugal esteve presente com uma equipa de 7 elementos organizada pela revista Spinidon-Portugal.

Há a destacar, na equipa portuguesa, a presença de Luís Baltazar, sócio da ADFA que desde há muito tempo se dedica ao atletismo, tendo participado já em outras provas nacionais e internacionais.

O resultado obtido pela equipa portuguesa foi satisfatório, tendo o nosso associado percorrido todo o percurso (42k 195m), com o tempo de

3 h. 45 minutos e 27 segundos.

Nesta maratona participaram também atletas deficientes de outros países, destacando-se um elemento em cadeira de rodas, devidamente equipado que lhe permitiu atingir a meta dentro do tempo regulamentar.

Entretanto, o sócio da ADFA referido, que é amputado de um braço, participará na maratona de Madrid no dia 8 de Novembro.

A ADFA INTRODUZ MEIO DE REVOLUCIONAR O FABRICO DE PRÓTESES

O Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) vem de há longa data trabalhando na introdução de uma nova técnica capaz de revolucionar a execução de próteses para os membros superiores e inferiores.

Esta técnica, ainda em fase experimental, poderá em muito beneficiar os casos de mais difícil colocação de próteses, facilitando em muito o trabalho dos técnicos e minorando os problemas do amputado.

Trata-se de mais uma acção da ADFA no domínio da Reabilitação, tanto mais meritó-

«CONVERSAS SOBRE TEATRO»

Conversar sobre Teatro com os próprios autores e actores de teatro vai ser a proposta de debates que irão realizar-se numa sala da sede da ADFA, durante os meses de Novembro e Dezembro.

A primeira conversa vai ter lugar já no próximo dia 18 de Novembro com a participação do Dr. Luís Francisco Rebelo. O tema escolhido é a história e evolução do Teatro em Portugal.

No dia 25, é a vez de Rogério Paulo nos falar acerca da «Prática de Teatro».

José Viana e Francisco Nicholson, no dia 2 de Dezembro conversarão sobre o Teatro Popular e no dia 16 do mesmo mês, o Dr. António da Costa Ferreira debaterá connosco o pa-

pel social do Teatro e a sua intervenção no esclarecimento das populações.

Com estas conversas, que acreditamos serem o início dum movimento que levará a criação dum núcleo de actividades teatrais, contamos com a Tua presença.

Calendário das «Conversas sobre Teatro»:

18/11 às 18.30 h. — Dr. Luís Francisco Rebelo «História do Teatro em Portugal».

25/11 às 18.30 h. — Rogério Paulo — «Prática de Teatro».

2/12 às 18.30 h. — José Viana e Francisco Nicholson — «O Teatro Popular».

16/12 às 18.30 h. — Dr. António da Costa Ferreira — «O papel social do Teatro».

A MANEIRA DE FORÇAR UM DEFICIENTE AO DESEMPREGO

Gostaria de ser como alguns, cujo dom de palavra, preenche folhas e colunas de jornais com pequenas histórias, bem contadas, cujo interesse faz do escritor um herói.

Porém, para mal dos pecados do trabalhador português, no meu caso em especial, por ser deficiente, mais na carne estou a sentir esta mordada do patronato.

Pois bem, irei um pouco mais longe, para, com os meus fracos recursos, tentar contar esta história degraçante da mentalidade retrógada dum senhor de origem sueca, dono, desde Agosto, por compra de 60% de quota, de uma fábrica de confecções de vestuário de nome S. I. C., situada em Mem Martins.

Eu, Ludgero, deficiente das Forças Armadas, fui contratado em Novembro de 1980 para gerir o Armazém de Importação e Exportação, com os meus ainda bons 39% de capacidade, com a categoria de Encarregado de Armazém.

Como dos homens não reza a história, o diálogo mantido pela Administração quebrou-se com a partida do Administrador, despedido pelo novo Patrão, este do tipo todo poderoso!... Quero poso e mando!... E quando alguém na Empresa quer intimidar outro relativamente ao trabalho, diz mais ou menos isto: — Ou vais fazer o que digo ou eu vou fazer queixa ao Doutor.

Regra geral, o medo gene-

ralizou-se na empresa:—Está aí o Doutor!... Vem aí o Doutor!... Cuidado com o Doutor!...

Doutor que, com multinacional a trabalhar só para o estrangeiro, não respeita nada nem ninguém, passando por cima de tudo e todos: — Vais para ali porque eu quero... Fazes isto porque sou eu quem manda... E mal daqueles, como eu, que, com o papel do contrato a prazo na mão, abanando-o, tentando demonstrar que nem todo o pau serve para fazer colher, ou seja, se não te portas como eu quero vais para o olho da rua.

Lembro-me que este mesmo Doutor, desde há cerca de um ano, mantém três ou quatro trabalhadores numa fábrica deserta, apenas com as quatro paredes, pelo simples facto destes não terem cedido a ir trabalhar. Estão, por assim dizer, sem fazer nada.

Este é o tipo de patrão em quem a maior fábrica de confecção do país caiu nas mãos.

Mas... ah se eu tivesse caneta e dom de palavra para contar o que esse Senhor me fez! Ah!... Mas para que todos saibam, os deficientes, os trabalhadores de agora, de ontem ou de amanhã, os mais ou menos saudáveis, todos têm direito a saber, pois como trabalhador devo-lhes essa explicação.

Como encarregado de Armazém de Exportação e Importação não me competia andar a carregar com prateleiras metálicas, pois, para abreviar, disse a esse Senhor que não faria nada disso, porque, quer ele quizesse ou não, eu era encarregado de Armazém. Fiz-lhe notar que nem cinco homens mais válidos teriam força para deslocar um objecto que tal Senhor exigia que eu fizesse sozinho. Foi então que me disse que procurasse emprego por outro lado, pois não lhe servia.

Gostaria de ter poder de argumentação para transcrever para o papel a emoção daquele momento, bem como o riso cínico do tal Senhor Sueco.

LUDGERO JACINTO VARELA sócio n.º 6167

TIRAGEM
DESTE NÚMERO
10 000 EXEMPLARES

AOS SÓCIOS PREENCHIMENTO DE FICHAS NA DELEGAÇÃO DO PORTO COM VISTA A COLOCAÇÃO PROFISSIONAL

No cumprimento do programa de acção da actual Direcção da Zona Norte e na sequência das Conclusões do nosso Congresso Nacional, pretendo a Delegação do Porto reestruturar o serviço de apoio à colocação profissional nos moldes definidos no citado Congresso. Nesse sentido, avisam-se todos os só-

cios desta Delegação Interessados no referido serviço que devem entrar em contacto com a Delegação para preenchimento de uma ficha específica para esse fim.

Salienta-se que os interessados terão de preencher esta ficha, mesmo que já o tenham feito anteriormente.

PABLO NERUDA

O GRANDE POETA DO CHILE

Pablo Neruda, de seu nome verdadeiro Neftali Ricardo Reyes Basoalto, nasceu em Parral (Chile) a 12 de Julho de 1904.

É considerado um dos maiores poetas de língua espanhola e as suas obras estão traduzidas em várias línguas.

Da sua vasta obra podemos destacar:

«Vinte Poemas de Amor e Uma Canção Desesperada» — 1924.

«Tentativa do Homem Infinito e o Habitante e a Sua Esperança» — 1925.

Foi várias vezes distinguido pela sua obra.

Destacamos o Prémio Nacional de Literatura, Prémio Lenine da Paz (1953) e Prémio Nobel da Literatura (1971).

Fez carreira diplomática, tendo sido cônsul na Ásia, na Espanha, no México e em França.

Morre em Setembro de 1973, poucos dias depois da morte do seu grande amigo, Presidente Salvador Allende.

Partiu do Modernismo, se bem que deliberadamente o tenha esquecido, passa pelo Locacionismo, o Surrealismo, e desemboca na poesia social e comunista, para acabar em temas simples. Pablo Neruda é como um grande rio que rebenta todos os diques. Um mundo de ebulição.

ESQUECIDO NO OUTONO

*Eram sete e meia
do Outono
e eu esperava
não interessa quem.
O tempo
cansado de estar ali comigo
a pouco e pouco desandou
e deixou-me sozinho.
Fiquei então com a areia
do dia, com a água,
sedimentos
duma semana triste, assassinada.*

— Que foi? — perguntaram-me
as folhas de Paris. — Quem é que esperas?

*E assim fui várias vezes humilhado
primeiro pela luz que se apagava,
depois por cães, por gatos e gendarmes.*

*Fiquei só
como um cavalo só
quando no pasto não há noite nem dia,
apenas sal do Inverno.
Fiquei
tão sem ninguém, tão vazio
que choravam as folhas,
as últimas, e depois
caíam como lágrimas.*

*Nunca antes
nem depois
fiquei tão de repente só.
E foi à espera de quem,
não me recordo,
foi totalmente,
passageiramente,
mas aquilo
foi a instantânea solidão,
a mesma
que se tinha perdido no caminho
e num instante como a própria sombra
desenrolou o seu infinito estandarte.*

*Então saí daquela
esquina louca
com os passos mais rápidos que tive,
foi como se fugisse
da noite
ou duma pedra escura e roladora.
Não é isto que eu conto
mas passou-se quando estava à espera
de não sei quem um dia.*



PARA O MEU CORAÇÃO

*Para o meu coração basta o teu peito,
para a tua liberdade as minhas asas.
Da minha boca chegará até ao céu
o que dormia sobre a sua alma.*

*És em ti a ilusão de cada dia.
Como o orvalho tu chegas às corolas.
Minas o horizonte com a tua ausência.
Eternamente em fuga como a onda.*

*Eu disse que no vento ias cantando
como os pinheiros e como os mastros.
Como eles tu és alta e taciturna.
E ficas logo triste, como uma viagem.*

*Acolhedora como um velho caminho.
Povoam-te ecos e vozes nostálgicas.
Eu acordei e às vezes emigram e fogem
pássaros que dormiam na tua alma.*

PABLO PICASSO

O mês de Outubro deste ano marca o centenário do nascimento de Pablo Picasso, génio cuja obra, espalhada por todo o mundo, alterou todo o curso da arte no nosso século.

Pablo Picasso, nasce em Málaga, Espanha, em 25 de Outubro de 1881. Sua obra multiforme assinala em sua evolução a diver-

sidade do seu talento. Das várias fases de produção artística destacamos: Época Azul (1901-1904); Época Rosa (1905-1907); Cubismo, cujo quadro mais representativo é As Senhoritas de Avinhão (1907); Surrealismo e Arte Abstracta (1926-1936); Expressionismo. Deste último período destaca-se a obra «Guernica».

Pablo Picasso exerceu forte influência na evolução da arte moderna.

Morre em Mougins, perto de Nice, em 1973.

«Guernica» é considerada uma das melhores obras de Picasso. Foi inspirada pela destruição de Guernica, cidade espanhola da Biscaia, pela aviação alemã, durante a guerra civil de Espanha (1937).



«Guernica - 1937»

PENSAMENTOS

— Veste-te de ti e não de outro. Saberás então onde estão os teus amigos.

— A grande riqueza da juventude é estar no começo e o começo é a magia.

— O sorriso do que tem esperança é a luz que brota do sol que traz consigo.

— Amas tudo o que existe? Então porque te queixas de falta de amor?

— A esperança é a certeza dentro de nós. Algo nascerá no momento próprio.

— Não creio que o acaso faça a vida. Tudo o que fui capaz é o que tenho; o que não tenho não era para mim.

(Pensamentos extralidos da obra de JÚLIO ROBERTO)

PROVÉRBIOS

— OU SE DEVE ESTAR CALADO, OU DIZER COISAS QUE VALHAM MAIS QUE O SILÊNCIO.

(Provérbio grego)

— A PROSPERIDADE DO IGNORANTE É UM JARDIM SOBRE UM CHIQUEIRO.

(Provérbio oriental)

ANEDOTAS

Durante a campanha política travada numa terra de província, um candidato entrou na redacção de um jornal exclamando:

— Que grande desaforo! Os senhores têm estado a escrever mentiras a meu respeito no seu jornal.

— Efectivamente — respondeu o editor —, sei isso muito bem, mas o que faria o senhor se dissessemos a verdade?

— Estou fundando uma liga contra a invasão de palavras inglesas na nossa língua. Quer fazer parte dela?

— Com todo o gosto.

— Nesse caso cá o inscrevo.

— O. K.

LÊ
ASSINA
DIVULGA

COMEMORAÇÕES OFICIAIS DO AID

O SILÊNCIO QUE NÃO ACEITAMOS

Como temos vindo a noticiar nos números anteriores do «Elo», procurando informar todos os associados sobre o que ao nível da Estrutura Oficial do AID se está levando a cabo, queremos, hoje de novo, voltar a falar do grande objectivo que desde início temos vindo a alertar e a defender como prioritário e deveras essencial, e que por manifesta falta de vontade política continua a ser relegado para último plano. A ADFA não aceita que não se tenham levado a cabo acções de sensibilização e informação da opinião pública, num trabalho consequente tanto em quantidade como em qualidade, e repudiamos que uma das razões que levou, até ao presente, a RTP a fechar as portas à divulgação e tratamento deste problema nacional, seja a afirmação mais que tendenciosa de que a RTP é essencialmente «recreativa» e de que o tratamento de toda a problemática do deficiente é demasiado dâepimente e até chocante, que concerteza iria traumatizar o público consumidor... Os interesses de cerca de um milhão de deficientes e suas famílias, o estado de degradação sócio-económico dos deficientes portugueses é «tabu» para a RTP. O conforto das pantufas, do ar condicionado e do «por cá todos bem», não pode ser perturbado por uma triste realidade que os deficientes não aceitam. Exigem que o seu tratamento seja objecto dos grandes órgãos de informação, porque estatais e servíncias em primeira instância dos interesses da maioria do povo português, jamais poderão aceitar que se sobreponha o anúncio do sabonete e a telenovela ao imperativo de sensibilizar e informar sobre uma questão que ano a ano se avoluma.

Perguntamos se o triste

desabalo do Director de Programas da RTP não teria sido antes motivado por ordens superiores, pelos que, investidos do poder político, não lhes interessa focar tal questão preferindo fazer ignorar os grandes problemas para brilharem nas vagas fáceis da alienação.

De 2 a 9 de Dezembro será comemorada em Portugal a semana do deficiente, culminando no dia 9 com uma sessão solene presidida por sua Excelência o Senhor Presidente da República. As acções a desencadear nessa semana são da responsabilidade da Estrutura Oficial do AID a funcionar no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, sendo tais acções coordenadas pela Comissão Executiva Nacional, na qual a nossa Associação tem assento através de um delegado.

Pelo que temos vindo a afirmar, a proposta da ADFA para a semana de 2 a 9 de Dezembro não poderia ser outra que não fosse a exigência de que, pelo menos, naquele período, os órgãos de informação, nomeadamente os estatizados, cumpram a sua obrigação de informar e tratar toda a questão que se prende com a real situação dos deficientes portugueses, tratando mais que o problema da prevenção que tem merecido alguma divulgação, seja mostrada a verdadeira dimensão dos problemas que se prendem com a reabilitação social que de diminuta continua a alimentar os sentimentos caritativos dos que ainda podem e se sentem motivados para abrir a bolsa.

A proposta da ADFA para a semana do deficiente refere apenas acções de sensibilização e informação, exigindo que na RTP e RDP sejam transmitidas mesas, redondas, debates, entrevistas, onde

estejam presentes as Associações de Deficientes, Secretariado Nacional de Reabilitação e representantes de Ministérios pelos quais passam as resoluções da temática do deficiente. Exigimos também que a imprensa estatizada durante a referida semana assumam a sua responsabilidade de informar o público leitor da realidade que são os deficientes, trazendo a lume depoimentos dos representantes dos partidos políticos, e das forças sociais e governantes sobre toda esta questão, incluindo a divulgação das organizações de e para deficientes, sua realidade e objectivos.

Sabemos, pela triste experiência deste ano, que a nossa proposta é demasiado ambiciosa para a diminuta vontade dos que por obrigação nem necessitariam que tais propostas reivindicativas fossem apresentadas. Apesar de sabermos que os muros da marginalização são altos, não nos demitimos de uma exigência permanente na defesa dos nossos interesses. Podemos acrescentar que a nossa proposta para a semana do deficiente não mereceu a melhor atenção de sectores que, em princípio, deveriam compreender tal exigência

e que conscientes deveriam estar também do pouco que se fez neste campo e que as nossas exigências e críticas visam os responsáveis governamentais que sistematicamente fecham portas e constroem casulos. A ADFA e, pensamos as outras associações de deficientes, que, conjuntamente connosco, vêm reivindicando tais acções, sabem o que querem e têm muito a dizer sobre a situação dos seus associados, mas não possuímos, nem disso nos podem acusar, os meios técnicos necessários para levar à prática os programas de televisão e de rádio que exigimos.

Esses meios técnicos têm-nos tanto a RTP como a RDP e que devem ser postos ao serviço da comunidade. Defenderemos, através dos nossos representantes na Estrutura Oficial do AID, que o programa a elaborar para a semana do deficiente, de 2 a 9 de Dezembro, tenha em conta a nossa proposta do que daremos notícia no próximo ELO. A nível regional e apesar de, neste momento, as Comissões Distritais já se encontram providas de verbas, constatamos que o imobilismo continua. Perguntamos até se tais verbas, que quanto a nós diminutas,

serão aplicadas de acordo com as recomendações, ou antes, deliberações da Comissão Executiva Nacional ou se por incapacidade de muitas Comissões Distritais e Concelhias as verbas acabarão por ficar em «saco azul» ou aplicadas à pressa na ponta final do ano em acções mais de fachadas viradas para o engrandecimento pessoal dos que tem a seu cargo essa distribuição. Por parte da ADFA, e a exemplo do que se fez em Castelo Branco, e que noutra local deste número vem relatado em pormenor, tudo faremos para que as verbas atribuídas às Comissões Distritais, onde temos assento, sejam aplicadas de acordo com o decidido pela Comissão Executiva. Por termos, até agora, apenas falado nas iniciativas e dos trabalhos no âmbito da Estrutura Oficial do AID, não pretendemos afirmar que apenas esta se tem preocupado por dar ao AID o tratamento que ele merece. Têm chegado a CEN outros contributos, como o tão falado Encontro Internacional do Algarve, de 24 de Outubro e 1 de Novembro, promovido pelo Lions Club e Rotário Club, com a colaboração do SNR e Associações de Deficientes, com o intuito de desencadear em Portugal o desporto para deficientes ou pelo menos prestar um contributo no sentido de levar ao público as potencialidades dos deficientes no campo desportivo. A ADFA aderiu a esta iniciativa totalmente custeada pelas entidades promotoras—Lions e Rotário Club—como oportunamente foi divulgado em conferência de Imprensa, salvaguardando com outras associações, a possibilidade de, durante as provas desportivas, po-

der denunciar, em conferência de Imprensa, o nada que se faz em Portugal em matéria de desporto para deficientes, recusando, à partida, por tal facto, deslocar os associados ao Algarve apenas para gozarem de uns amenos dias nos hotéis da Aldeia das Açoteias, dando uma falsa imagem do desporto para deficientes.

Aceitamos e congratulamo-nos com todas as iniciativas, venham elas donde vierem, mas recusamos também ser capa ou servir de rampa de lançamento de quem quer que seja. Não querendo tirar conclusões apressadas, perguntamos, no entanto, como é que inicialmente as organizações promotoras se comprometiam a arcar com todas as despesas de tal iniciativa e depois, a um mês da realização do encontro, apresentam, de certo modo, a factura à Comissão Executiva Nacional do AID que, mesmo por cinquenta por cento dos gastos, rondava os seiscentos e cinquenta contos. Felizmente, pela posição intransigente da ADFA, APD e ANST, associações com assento na Comissão Executiva, tais verbas não foram aprovadas, entre outras razões, porque se inicialmente tais condições fossem postas pelas organizações promotoras haveria então que pensar se se justificaria que tal encontro fosse feito no Algarve ou se, pelo contrário, por exemplo, o Estádio Nacional reuniria melhores condições, tendo em conta os gastos e a divulgação de tal actividade por parte dos órgãos de informação que, parece-nos, estarão mais motivados para ir ao Algarve.

Não somos mal intencionados, mas os factos falam por si.

FESTA DE NATAL EM COIMBRA

INSCRIÇÕES ATÉ 10 DE NOVEMBRO

A semelhança de anos anteriores, irá a Delegação de Coimbra da A. D. F. A. realizar a habitual festa de Natal, dedicada especialmente às crianças, filhas dos associados desta Delegação.

Em devido tempo foi enviado a todos os camaradas inscritos nesta Delegação, uma folha de inscrição, a qual deverá ser remetida à Delegação de Coimbra com os nomes dos

filhos de cada sócio, que, até passem os 10 anos.

As inscrições das crianças deverão dar entrada até 10 de Novembro, data a partir da qual não serão aceites mais inscrições.

A festa de Natal 81 terá lugar no Centro Recreio Popular do Bairro Nortom de Matos em Coimbra, com início marcado para as 14 horas do dia 12 de Dezembro.

Do programa destacamos a apresentação do grupo de danças e cantares do Ateneu de Coimbra e a actuação de um grupo musical da Figueira da Foz, que interpretará canções de natal.

Haverá ainda a actuação de um ilusionista, para além dos habituais palhaços que farão as distribuições dos brinquedos às crianças presentes.

Contamos ainda com a presença de um menino de Leiria, que interpretará alguns números do seu repertório com o seu acordeão.

Todos os sócios que queiram ajudar a custear as despesas da festa de Natal da Delegação de Coimbra poderão enviar fundos através de cheque ou vale de correio, ou dinheiro, endereçado à Delegação de Coimbra da A. D. F. A. Av. Fernão de Magalhães, 429-A, 6.º-F 3000 Coimbra.

DE 9 A 15 DE NOVEMBRO

EXPOSIÇÃO NA ADFA SOBRE A REABILITAÇÃO NA RDA

Dentro da ideia concebida pela ADFA na sua programação própria para as comemorações do AID de procurar mostrar o que em outros países se faz no domínio da reabilitação e integração social dos deficientes, vai estar patente ao público, de 9 a 15 de Novembro, na sede da Associação em Lisboa, uma exposição sobre os deficientes na República Democrática da Alemanha.

A realização desta exposição é possível graças à colaboração da Embaixada da RDA em Lisboa.

A ADFA está a contactar Embaixadas de outros países no sentido de realizar mais exposições deste tipo.

ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE NO DISTRITO DO PORTO

A Delegação do Porto está empenhada nos trabalhos que a Comissão Coordenadora do Distrito do Porto para o AID pretende levar a efeito até ao fim do ano corrente.

Uma vez que somente com a participação activa de todos os deficientes e uma conjugação de esforços das diversas associações poderá este Ano Internacional ser coroado de êxito, atingindo-se os objectivos preconizados pela ONU, apela-se para que os sócios da Zona Norte colaborem activamente nas iniciativas a levar a cabo.

Para tal, devem os sócios dirigir-se à Delegação do Porto até ao dia 20 de Novembro, manifestando o interesse em trabalhar para que este Ano seja de facto o início da resolução dos problemas que afectam os deficientes.